



**NOTAS
EXPLICATIVAS**

**20
20**



SUMÁRIO

NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

1. Contexto Operacional.....	04
2. Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis	06
3. Principais Práticas Contábeis.....	09
4. Gestão de Riscos.....	14
5. Partes Relacionadas	18
6. Saldos de Contas Com Denominação “Outros”	20
7. Ação Civil FENAPAS.....	20
8. Novo Normativo Contábil	21
9. Eventos Subsequentes.....	21

NOTAS EXPLICATIVAS POR PLANO DE BENEFÍCIOS

I. Plano PBS-A	22
II. Plano PBS-Telebras.....	37
III. Plano PBS-CPqD	49
IV. Plano PBS-Sistel.....	60
V. Plano CPqDPrev	70
VI. Plano TelebrasPrev	82
VII. Plano Inovaprev	94
VIII. PAMA	104
IX. PGA	112

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS,
EXCETO QUANDO INDICADOS DE OUTRA FORMA)





NOTA 1:

CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. A Fundação

A Fundação Sistel de Seguridade Social (“Sistel”, “Fundação” ou “Entidade”) é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos. Criada em 9 de novembro de 1977, tem por objetivo instituir e operar planos privados de concessão de rendas ou de pecúlios, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus grupos familiares ou àqueles que a estes se assemelhem, vinculados às Patrocinadoras da Fundação, mediante contribuições de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras ou de ambos, na forma que dispuserem os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. É regida pela Lei Complementar nº 109/2001, bem como pelas suas alterações e demais regulamentações posteriores. Por decorrência, obedecem às normas e instruções do CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar e da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

Conforme alterações estatutárias, aprovadas pela Portaria nº 675/2000, da então Secretaria da Previdência Complementar (SPC), cada Patrocinadora ou grupo de Patrocinadoras, independente de vinculação societária ou de outro vínculo de coligação, controle ou associação entre si, poderá ter planos de benefícios comuns ou específicos, com custeio próprio, para determinado grupo de empregados ou a quem deles se assemelhem, nos termos da legislação vigente, conferindo à Fundação não só a característica de Entidade multipatrocinada, como também de administradora de planos múltiplos.

A Fundação Sistel, na condição de Entidade multipatrocinada e administradora de planos múltiplos, é responsável pela administração de planos de benefícios previdenciais nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável, em conformidade com a Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

Entende-se por plano de benefício de caráter previdencial na modalidade de Benefício Definido aqueles cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecidos, sendo o custeio determinado atuarialmente, de forma que se assegure sua concessão e manutenção; de Contribuição Definida aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo da conta mantido em favor do Participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e Contribuição Variável aqueles cujos benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido.

A Fundação Sistel administra também um Plano de caráter Assistencial, cuja operacionalização é contratada por meio de operadoras de planos de saúde, que observam as regras do regulamento denominado de Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA). O objetivo é a cobertura de assistência médica aos Participantes Assistidos, com a coparticipação e a contribuição destes, vinculados apenas aos planos de benefícios previdenciais do tipo Benefício Definido.

A escrituração contábil da Fundação Sistel é feita de forma a segregar os bens, os direitos e as obrigações de cada plano de benefício. A Entidade utiliza o Plano de Gestão Administrativa (PGA) para registro das operações de gestão administrativa dos seus planos de benefícios.

Além do plano assistencial a Fundação Sistel administra mais sete planos de benefícios previdenciais, sendo quatro planos enquadrados como de Benefício Definido (BD), identificados pela sigla “PBS”; um plano enquadrado como de Contribuição Definida (CD), identificado pelo sufixo “Prev” e dois planos enquadrados como Contribuição Variável (CV), também identificados pelo sufixo “Prev”.

1.2 A Relação de Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade

O quadro abaixo demonstra a relação de Patrocinadores por Plano de Benefícios:

Plano de Benefícios	CNPB	Patrocinadores
PBS Assistidos - BD	1991001029	Telemar Norte Leste S.A.
		Oi S.A.
		Oi Móvel S.A.
		Telefônica Brasil S.A.
		Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
		Fundação CPqD
		TIM Participações S.A.
		TIM Celular S.A.
		Fundação Sistel de Seguridade Social
PBS-Telebras - BD	2000001947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
PBS-CPqD - BD	2000000819	Fundação CPqD
PBS-Sistel - BD	2000000983	Fundação Sistel de Seguridade Social
CPqDPrev - CV	2000004318	Fundação CPqD
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp.
		Instituto Atlântico
		JÁ! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Ltda.
TelebrasPrev - CV	2002003947	Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras
InovaPrev - CD	2013001592	Fundação CPqD
		Instituto Atlântico
		JÁ! Indústria e Comércio de Produtos e Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Ltda.
		PADTEC S.A. Prod. Alto Desafio Tec. Camp.

O quadro abaixo demonstra a população total da Entidade, sendo segregada por Plano de Benefícios administrados:

Plano de Benefícios	Tipo	PARTICIPANTES						Qntd. Total 2020	Qntd. Total 2019
		Ativos		Assistidos		Pensionistas			
		Qntd.	Idade Média	Qntd.	Idade Média	Qntd.	Idade Média		
PBS-A	BD	-	-	15.785	74,00	5.913	72,1	21.698	22.049
PBS-Telebras	BD	11	64,7	94	70,7	10	68,6	115	115
PBS-CPqD	BD	3	53,67	24	69,6	1	69,1	28	28
PBS-Sistel	BD	-	-	5	69,2	1	74,6	6	6
CPqDPrev	CV	358	47,0	312	64,4	24	76,4	694	711
TelebrasPrev	CV	307	47,7	150	67,8	16	64,8	473	487
InovaPrev	CD	1.020	39,1	30	61,2	5	67,0	1.055	1.039
TOTAL		1.699	42,51	16.400	73,75	5.970	72,04	24.069	24.435

1.3 Impactos novo coronavírus – COVID-19

Em 2020 a economia brasileira e mundial foi abalada pelo advento de uma pandemia do vírus COVID-19 e, devido a este evento, pessoas, empresas e governos tiveram que se adaptar rapidamente a este novo cenário, para que não houvesse a derrocada da economia e paralisações que colocassem em risco a sobrevivência das pessoas e das empresas.

Dado este cenário o governo federal flexibilizou várias medidas de cunho fiscal e trabalhista, dentre outras, com o intuito de dar às empresas e pessoas mobilidade suficiente para suportar este período, tais como flexibilização das relações trabalhistas, instauração de auxílios emergenciais aos mais afetados, bem como a isenção de certos tributos como o IOF, Imposto sobre Operações Financeiras.

Porém localmente vários estados e o Distrito Federal tomaram medidas de cunho a não causar um alastramento maior do vírus e adicionalmente, e sem coordenação federal, começaram a praticar atos restringindo a locomoção de pessoas, visando evitar impacto que colocaria o sistema de saúde em colapso.

A Sistel, apesar de estar inserida neste contexto, pouco sofreu, e em estrita observação ao cenário e às normas, rapidamente mudou o seu contexto operacional, e seus Colaboradores, que antes da crise causada pelo COVID-19 prestavam seus serviços na sede da empresa, passaram para o regime de teletrabalho, tendo em vista que a Sistel já possuía este regime em prática desde 2018, para parte de seus Colaboradores.

Também foi adotada pela Sistel, visando dar liquidez aos Participantes e aos Assistidos dos planos previdenciais da Entidade, a suspensão da cobrança das parcelas de empréstimo nos meses de abril, maio e junho de 2020, cujos encargos não quitados neste período seriam incorporados aos seus respectivos saldos devedores, não causando qualquer impacto na rentabilidade e na liquidez dos planos.

NOTA 2:

BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, do Ministério da Economia.

A escrituração contábil da Fundação Sistel é elaborada de acordo com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e posteriores alterações que consolidam os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar.

São observadas ainda no momento da escrituração a Instrução Normativa SPC nº 34/2009 e posteriores alterações. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a Resolução 1.374/2011 do CFC, NBC TG - Estrutura Conceitual para Elaboração das Demonstrações Contábeis. Além destas normas são aplicados os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicáveis a este segmento econômico.

Dentre outras normas específicas, são atendidas ainda a Resolução CGPC nº 29/2009 – critérios e limites para custeio das despesas administrativas, além da Resolução CFC nº 1.272 e posteriores alterações com as Resoluções CFC nº 1.328 e 1.329 que estabelecem critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como conteúdo mínimo das notas explicativas.

A sistemática aplicada pelo órgão regulador apresenta como principal característica a segregação dos registros contábeis em: Gestão Previdencial (atividade de registro e controle das contribuições, benefícios e dos resultados dos planos de benefícios); Gestão Administrativa (atividades de registro e controles inerentes à administração dos planos de benefícios); e investimentos (registros das aplicações dos recursos dos planos de benefícios).

Além disso, os registros são realizados de forma descentralizada, sendo registrados individualmente nos respectivos planos de benefícios. A Entidade registra as suas operações e elementos patrimoniais do Plano Assistencial PAMA nos segmentos Gestão Previdencial e Investimentos, mediante utilização do mesmo plano de contas, resultando em demonstrações contábeis semelhantes às dos planos de benefícios Previdenciais. Esse procedimento está em conformidade com a orientação da, então, Secretaria da Previdência Complementar disposta no Ofício nº 3.869/2009/SPC/DEMOC/CGAC, de 9 de dezembro de 2009.

As demonstrações contábeis da Fundação Sistel de Seguridade são elaboradas respeitando a autonomia patrimonial de cada um dos planos de benefícios, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), bem como o plano de gestão administrativa.

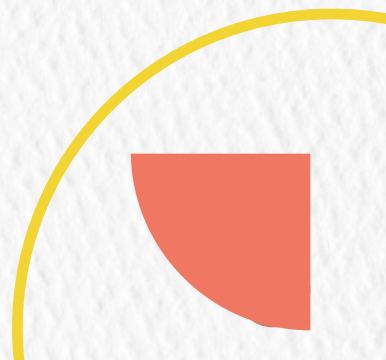
2.2 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018. São obedecidas também a Resolução CNPC nº 12 de 19/08/2013 e a Instrução PREVIC nº 25 de 17/12/2015. São elaboradas as seguintes demonstrações contábeis:

Balanco Patrimonial: é elaborado de forma consolidada, demonstrando o saldo das contas do ativo, passivo e Patrimônio Social dos planos de benefícios e PGA.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS:   uma demonstra o consolidada e apresenta as movimentac es ocorridas que causaram modifica es no Patrimônio Social dos planos de benefícios e do PGA.

Demonstra o do Plano de Gestão Administrativa - DPGA: apresentada de forma consolidada, evidencia o resultado da atividade administrativa da Entidade e as muta es ocorridas no fundo durante o exercício.



Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL: apresentada por Plano de Benefícios, evidencia a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações com os Assistidos.

Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL: apresentada por Plano de Benefícios, destina-se a evidenciar as mutações ocorridas no ativo líquido dos planos de benefícios durante o exercício.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA Por Plano de Benefícios: apresentada por Plano de Benefícios, destina-se a evidenciar a composição dos elementos que provocaram as alterações ocorridas no fundo administrativo correspondentes a um Plano de Benefícios especificamente, fundo esse cuja finalidade é a Gestão Administrativa de um Plano de Benefícios específico da Entidade.

Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios - DPT: apresentada por Plano de Benefícios, evidencia a composição das provisões técnicas dos planos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis consolidadas e por Plano de Benefícios estão sendo evidenciados e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Fundação.

As demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação Sistel em 25 de fevereiro de 2021.

2.3 Consolidação das Demonstrações Contábeis

No Balanço consolidado da Sistel, são realizadas as seguintes eliminações:

Realizável – Gestão Previdencial - são eliminados os saldos referentes às movimentações financeiras de recursos a receber de outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

Realizável – Gestão Administrativa - são eliminados os reembolsos a receber dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo.

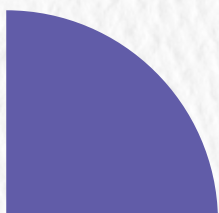
Exigível operacional – Gestão Previdencial - são eliminados os reembolsos a pagar dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

Exigível operacional – Gestão Administrativa - são eliminados os reembolsos a pagar dos planos previdenciais e assistencial para custeio administrativo e as movimentações financeiras de recursos a pagar para outros planos de benefícios administrados pela Entidade.

Exigível operacional – Investimentos - são eliminados os valores do custeio de investimentos que os planos de benefícios devem reembolsar ao Plano de Gestão Administrativa.

Patrimônio social – Fundos - são eliminados os valores referentes à contabilização da participação de cada plano da Gestão Previdencial no Plano de Gestão Administrativa.

A seguir, demonstra-se o detalhamento dos ajustes e as eliminações decorrentes da consolidação das demonstrações contábeis no exercício de 2020:



Grupos de Contas	Consolidado antes das eliminações			Eliminações do Consolidado	Consolidado após as eliminações
	Planos Previdenciais	Assistencial PAMA	PGA		
Disponível	238	78	32	-	348
Realizável	15.707.910	4.348.519	937.193	(891.861)	20.101.761
Gestão Previdencial	37.909	30.291	-	-	68.200
Gestão Administrativa	887.078	-	42.012	(891.861)	37.229
Investimentos	14.782.923	4.318.228	895.181	-	19.996.332
Permanente	-	-	9.250	-	9.250
Total do Ativo	15.708.148	4.348.597	946.475	(891.861)	20.111.359
Exigível Operacional	33.340	3.301	18.015	(4.783)	49.873
Gestão Previdencial	18.043	2.683	-	(2.112)	18.614
Gestão Administrativa	-	-	16.326	-	16.326
Investimentos	15.297	618	1.689	(2.671)	14.933
Exigível Contingencial	706.831	55.581	41.382	-	803.794
Gestão Previdencial	624.197	52.150	-	-	676.347
Gestão Administrativa	-	-	41.382	-	41.382
Investimentos	82.634	3.431	-	-	86.065
Patrimônio Social	14.967.977	4.289.715	887.078	(887.078)	19.257.692
Patrimônio de Cobertura do Plano	11.074.958	4.289.715	-	-	15.364.673
Provisões Matemáticas	9.015.882	4.290.794	-	-	13.306.676
Equilíbrio Técnico	2.059.076	(1.079)	-	-	2.057.997
Superávit/Déficit Técnico Acumulado	2.059.076	(1.079)	-	-	2.057.997
Fundos	3.893.019	-	887.078	(887.078)	3.893.019
Previdenciais	2.906.602	-	-	-	2.906.602
Administrativos	887.078	-	887.078	(887.078)	887.078
Investimentos	99.339	-	-	-	99.339
Total do Passivo + Patrimônio Social	15.708.148	4.348.597	946.475	(891.861)	20.111.359

NOTA 3:

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas adotadas seguem princípios, métodos e critérios uniformes em relação às demonstrações contábeis do exercício anterior.

3.1 Estimativas e Premissas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis, cuja metodologia adotada envolve normalmente fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do ativo imobilizado, a avaliação da carteira de investimentos quando efetuada a valor de mercado, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para demandas judiciais, ativos e passivos relacionados a Participantes, Assistidos e empregados e os cálculos atuariais (Provisões Matemáticas). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá eventualmente resultar em valores diferentes daqueles registrados/provisio-

nados. Visando um acompanhamento permanente dessas estimativas, a Fundação Sistel revisa, conforme o caso, as metodologias e as premissas inerentes pelo menos anualmente.

3.2 Realizável Gestão Previdencial

São registrados os recursos a receber provenientes de contribuições, observando o plano de custeio, assim como adiantamentos previdenciais, assistenciais e os depósitos judiciais.

3.3 Realizável Gestão Administrativa

São registrados os recebíveis inerentes à gestão administrativa da Entidade, tais como decorrentes da folha de empregados, os depósitos judiciais/recursais e o custeio a receber dos planos de benefícios.

3.4 Realizável Gestão de Investimentos

São registradas as aplicações de recursos dos planos, de acordo com os limites operacionais de aplicações determinados na Resolução CMN nº 4.661/2018 e posteriores alterações.

3.5 Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, fundos e provisões passivas, também denominadas de provisões técnicas, são determinados pela Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018. A Instrução Normativa (IN) PREVIC nº 6, de 14 de novembro de 2018 estabelece a forma de elaboração e divulgação do Demonstrativo de Investimentos, que apresenta a composição analítica dos ativos das carteiras próprias e dos fundos de investimentos, dos quais a EFPC seja direta ou indiretamente cotista.

As políticas de investimentos e as carteiras de investimentos são individualizadas por Plano de Benefícios. Quanto à gestão dos recursos, excetuando-se os fundos ALM dos planos PBS-A, PAMA e PGA, os fundos exclusivos de renda fixa e multimercados, além dos fundos não exclusivos do segmento de estruturados, são compartilhados considerando-se a natureza do plano: Benefício Definido (BD), Contribuição Definida (CD) ou Contribuição Variável (CV).

As aplicações em títulos considerados de renda fixa, apresentadas nas Demonstrações Contábeis, estão valorizadas em conformidade com o Art. 30 da Resolução CNPC 29/2018. De acordo com este dispositivo legal, as aplicações devem ser segregadas nas categorias:

3.5.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como:

- “Títulos mantidos até o vencimento”, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e, para fins de atualização, acrescidos dos rendimentos auferidos em função dos respectivos índices de atualização monetária e taxas de juros, reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço. No custo de aquisição está englobado o custo com emolumentos e corretagens pagos, sendo atualizados de acordo com o Manual de Precificação do agente custodiante Bradesco, conforme as características do ativo.
- “Títulos para negociação”, cujos ativos são registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo seu valor de mercado, com os ganhos e as perdas calculados reconhecidos no resultado do exercício, até a data do balanço.

As fontes de precificação são fornecidas pelo agente custodiante contratado utilizando-se de fontes públicas, sendo as principais:

- ANBIMA - para títulos públicos e títulos privados, quando disponíveis;
- B3 - para ações, títulos de renda variável e derivativos, quando disponíveis ou pelo valor patrimonial (VPA).

Para títulos em que as fontes anteriores não estão disponíveis a atualização, conforme o Manual de Precificação do agente custodiante Bradesco.

A Fundação Sistel realiza estudos de ALM (Asset Liability Management) que demonstram a capacidade econômico-financeira dos planos para suportar a necessidade de liquidez exigida por seus compromissos.

3.5.2 Ações

As ações são registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das despesas e abatidas as devoluções de corretagem e outras taxas incidentes provenientes de operações de compras, sendo avaliadas pelo valor de mercado. As rendas e variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre o capital próprio são reconhecidas contabilmente pelo regime de competência, após publicação da decisão em assembleia geral dos acionistas.

3.5.3 Fundos de Investimentos

As aplicações em fundos de investimentos são registradas pelo custo de aquisição atualizado pela variação dos valores das cotas informados pelos administradores dos respectivos fundos.

3.5.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e ajustados anualmente, pelo valor justo apurado por laudo de avaliação. A atualização considera o valor da reavaliação anual, a depreciação e o recebimento do fluxo de aluguéis. O resultado da avaliação, positivo ou negativo, é contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo em contrapartida de “rendas/variações positivas” ou “deduções/variações negativas”.

3.5.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos aos Participantes estão demonstrados pelo valor principal, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A atualização da carteira decorre da aplicação do índice de correção e taxa de juros pactuados descontados os fluxos de recebimentos e constituição de provisão para perdas (PDD), conforme estabelece o regulamento.

3.5.6 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa e investimentos são registrados a valores históricos. Os referidos depósitos são garantidores de provisões para contingências registradas no exigível contingencial.

3.6 Imobilizado e Intangível

3.6.1 imobilizado - os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo seu valor de custo e reduzidos por suas depreciações ou provisões. Estes bens são depreciados de acordo com a sua expectativa de vida útil econômica.

3.6.2 intangível – são os ativos não monetários identificáveis sem substância física ou corpórea como os softwares registrados no plano de gestão administrativa, licenças, marcas, patentes, despesas com organização ou implantação da EFPC, entre outros. Os softwares e as licenças registradas são amortizados conforme o prazo de validade da licença de uso ou prazo da garantia do fornecedor. Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 (R1) e estão sujeitos ao teste anual de impairment, caso não tenha vida útil definida. Caso um item abrangido pelo CPC 04 (R1) não atenda à definição de ativo intangível, os gastos incorridos na sua aquisição ou geração interna são reconhecidos como despesa do exercício. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

A Entidade possui um imóvel de uso registrado no seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo 15,38% como Ativo Imobilizado e 84,64% como investimento.

3.7 Exigível Operacional

São registradas as obrigações a pagar aos Colaboradores da Entidade, os benefícios aos Assis-tidos, Pensionistas e fornecedores, além dos tributos a recolher.

3.8 Exigível Contingencial

A Fundação Sistel é parte em diversos processos judiciais. São constituídas provisões para todos os processos em que a Entidade acredita que eles representem uma probabilidade de perda provável.

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes, e quanto às ações trabalhistas, com base em experiências anteriores no que se refere às quantias reivindi-cadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

3.9 Patrimônio Social

3.9.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

3.9.1.1 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros líquidos das contribuições futuras dos planos de benefícios. O regime financeiro para financiamento dos planos de benefícios nas modalidades de Benefício Definido, Contribuição Definida e Contribuição Variável é o de Capitalização. Conforme determina o artigo 22 da Lei Complementar nº 109/2001, foram realizadas avaliações atuariais para todos os planos de Benefícios Previdenciais, por pessoa jurídica legalmente habilitada sendo formada por:

Benefícios concedidos - compromissos esperados já assumidos pelo plano em favor de seus Assistidos;

Benefícios a conceder - compromissos esperados com seus Participantes, em fase laborativa, que ainda não entraram em gozo de benefício.

As Provisões Matemáticas foram constituídas de acordo com os cálculos efetuados pelos atuários dos planos de benefícios em conformidade com os critérios aprovados pela PREVIC. São considerados ainda na constituição das Provisões Matemáticas:

- **Duração do Passivo**

A duração do passivo corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da Taxa de Juros Parâmetro - TJP, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

- **Taxa de Juros Parâmetro**

A Taxa de Juros Parâmetro corresponde àquela cujo ponto da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média seja o mais próximo à duração do passivo do respectivo Plano de Benefícios. As Taxas de Juros Parâmetro, bem como limites inferiores e superiores, aplicados na avaliação de 2020, foram divulgados pela Portaria PREVIC nº 337 de 30 de abril de 2020.

3.9.1.2 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Registra o excedente ou a necessidade patrimonial em relação aos compromissos totais dos planos de benefícios.

3.9.1.3 SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO

Formado pela Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão de Plano. Ocorre quando o Patrimônio de Cobertura do Plano é maior que as Provisões Matemáticas, sendo o excesso de suficiência financeira registrado como Superávit Acumulado. Entende-se por Patrimônio de Cobertura do Plano a diferença entre seu Ativo Total e o somatório do Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Fundos. O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de Reserva de Contingência, para garantia de benefícios, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das Provisões Matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática do tipo Benefício Definido}$. Constituída a Reserva de Contingência, com os valores excedentes será formada a Reserva Especial para revisão do Plano de Benefícios.

3.9.1.4 AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

De acordo com o Art. 11 da Instrução PREVIC nº 10/2018, de 30 de novembro de 2018, para fins de destinação de superávit ou equacionamento de déficit, deverá ser considerado o Equilíbrio Técnico Ajustado constante das informações complementares na Demonstração do Ativo Líquido (DAL), que corresponde à:

- No caso de equacionamento de déficit, o Equilíbrio Técnico Ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, quer seja positivo ou negativo; e
- No caso de destinação de superávit, o equilíbrio técnico ajustado considerará o ajuste de precificação de títulos, somente se negativo.

De acordo com o inciso V e parágrafo único do Art. 2 da Resolução CNPC nº 30 de 10/10/2018, o Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses mesmos títulos. Esse ajuste é apenas divulgado na Demonstração do Ativo Líquido (DAL) e não é registrado em balanço patrimonial.

3.9.1.5 FUNDOS

Registram valores com regras específicas de constituição e destinação, conforme a seguir:

Previdenciais - com destinação específica, são constituídos e revertidos de acordo com os regulamentos e notas técnicas atuariais dos planos.

Administrativos - com constituição gerada pelas sobras da gestão administrativa específica por Plano de Benefícios com objetivo de garantir a sobrevivência administrativa dos planos.

Investimentos - Composto exclusivamente pelo Fundo de Garantia de Empréstimos, que representa os recursos necessários à cobertura de possíveis perdas decorrentes de morte dos mutuários, Participantes ou Assistidos dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Sistel, com empréstimos em andamento. Esses fundos são registrados e controlados por Plano de Benefícios previdenciais.

3.9.1.6 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa as adições e deduções da gestão previdencial e assistencial, as receitas e despesas da gestão administrativa e as rendas/deduções das variações positivas ou negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultados nos períodos em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

NOTA 4: GESTÃO DE RISCOS



A Fundação Sistel de Seguridade social, no uso de suas atribuições e para atender os seus compromissos de curto e longo prazo, na gestão de pagamento de benefícios, precisa conhecer e gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar os riscos aos quais está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

Dentre os riscos gerenciados pela Fundação estão: o Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Liquidez e Solvência, Risco Legal, Risco do Passivo Atuarial e o Risco Contingencial. Abaixo estão descritos detalhadamente estes riscos:

4.1 Risco de Mercado

Compreende a mensuração da probabilidade de perdas relacionadas à variação do valor de um ativo ou de uma carteira de ativos em função de variáveis relacionadas ao mercado deste ativo. A Sistel avalia o risco de mercado através da utilização do Valor a Risco - VaR, que é calcu-

lado pelo agente responsável pela custódia dos ativos da Fundação. Trata-se de cálculo estatístico que estima uma perda máxima esperada (em percentual) da carteira de investimentos sob condições normais de mercado, com um grau de confiança para um horizonte de tempo. Os valores apurados são monitorados em comparação aos limites estabelecidos nas Políticas de Investimentos e Diretrizes de Investimentos atribuídos aos gestores de fundos exclusivos.

4.2 Risco de Crédito

Compreende a mensuração do risco de uma contraparte não honrar seus compromissos de forma tempestiva, tornando-se inadimplente.

Entende-se que os títulos públicos são considerados de baixo risco, estando atrelado ao risco Brasil e acompanhado periodicamente pelas principais agências de classificação de risco, conforme mudanças do cenário político, econômico e fiscal.

A avaliação de risco de crédito de instituições financeiras, não financeiras e pessoas físicas segue a metodologia e critérios desenvolvidos internamente e as alocações devem estar previstas nas Políticas de Investimentos dos Planos de Benefícios. No caso de instituições financeiras e não financeiras são considerados os *ratings* atribuídos pelas principais agências de classificação de risco sediadas no país para monitoramento, além da degradação de garantias para constituição de provisões para perdas, conforme legislação em vigor.

4.2.1 Risco de Crédito de Rating

Emissores	Classificação de Risco de Crédito (Rating)									
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2019	Posição em 31/12/2020	Vencimento	31/12/2020			31/12/2019		
					R\$ Mil	R\$ Mil	Moody's ⁽¹⁾	Fitch	S&P	Moody's ⁽¹⁾
Itaú Unibanco	Letras Financeiras	138.022	151.333	01/08/2022	Aaa.br	AAA (bra)	brAAA			
Cemig Geração e Transmissão	Debêntures	79.881	80.706	15/02/2025	A1.br	AA- (bra)	br A+	-	A+ (bra)	-
Júlio Simões Logística - JSL	Debêntures	11.345	-	15/07/2020	-	-	-	-	AA (bra)	brAA+
Valor atualizado	Debêntures	12.762	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) PDD Constituído	Debêntures	[12.762]	-	-	-	-	-	-	-	-
Vale ⁽²⁾	Debêntures	35.634	55.604	Perpétua	-	-	-	-	-	-

1) Dezembro/2019, o relatório de rating da Moods não estava disponível para consulta ao público, apenas para assinantes.

2) Debêntures adquiridas antes da exigência de classificação de riscos determinada pela legislação vigente e as emissões não possuem rating.

4.2.2 Risco de Crédito de Imóveis

Imóvel	Risco de Crédito - Imóveis		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2020	Vencimento
Ed. Afonso Pena - Belo Horizonte/MG	Venda	17.404	⁽¹⁾
Edifício Empresarial Center - Recife/PE (MUD Incorp.)	Aluguéis em atraso	14	-
Edifício Banlavoura - Belo Horizonte/MG (Consult. SEI)	Aluguéis em atraso	872	-
Edifício Rio Metropolitan - Rio de Janeiro/RJ (IBGE)	Aluguéis em atraso	264	-
Edifício Gal Alencastro - Brasília/DF (Burguinho)	Aluguéis em atraso	18	-
(-) PDD Constituído	Aluguéis em atraso	[1.167]	-

1) Venda por desapropriação do imóvel pela prefeitura de Belo Horizonte. Valor da venda depositado em juízo (nota 1.3.7).

4.2.3 Risco de Crédito Arrecadação de autopatrocinados

Plano de Benefício	Risco de Crédito - Arrecadação Autopatrocinados		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2020 R\$ Mil	% A Receber Autopatroc.
CPqDPrev	Autopatrocinados	8	12,7%
TelebrasPrev	Autopatrocinados	3	40,8%
InovaPrev	Autopatrocinados	5	13,0%

4.2.4 Risco de Crédito Empréstimos

Em relação à carteira de empréstimos, o risco de crédito é minimizado pela existência de limite de margem consignável quando da concessão e o recebimento de parcelas estarem atrelados aos descontos efetuados na folha de benefícios dos Aposentados e Pensionistas e na folha da Patrocinadora com repasse à Sistel em relação aos Participantes ativos. Para os Participantes autopatrocinados são gerados boletos mensais para pagamento. Em caso de inadimplência, são constituídas provisões, com base nos normativos legais em vigor.

Plano de Benefício	Risco de Crédito - Empréstimos		
	Tipo de Operação	Posição em 31/12/2020 R\$ Mil	% PDD s/Carteira
PBS A (PB1) ⁽¹⁾	Empréstimos (PDD)	211	0,2%
PBS-Telebras ⁽¹⁾	Empréstimos (PDD)	33	3,1%
TelebrasPrev ⁽²⁾	Empréstimos (PDD)	95	2,9%
InovaPrev ⁽²⁾	Empréstimos (PDD)	7	0,1%

1) Assistidos suspensos por recadastramento/quota suspensa.

2) Participantes ativos que entraram em auto patrocínio após a concessão do empréstimo.

4.3 Riscos Operacionais

É definido como a probabilidade de perdas diretas ou indiretas resultantes das falhas, deficiências ou inadequação de processos, controles, de pessoas ou de sistemas informatizados, ou ainda da ocorrência de eventos externos.

O gerenciamento dos riscos operacionais na Sistel baseia-se nos componentes e nos princípios do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), referência internacional para controles internos, no intuito de prover razoável garantia com relação ao cumprimento dos objetivos da entidade, além das melhores práticas adotadas pelo segmento de entidades fechadas de previdência complementar e pelo mercado.

Tendo em vista que o gerenciamento dos riscos visa prevenir ameaças e ou mitigar a materialização de evento de perda operacional que possa implicar em prejuízos financeiros, de imagem e gerenciais. A Sistel, anualmente, realiza a revisão dos processos, a identificação de seus riscos inerentes e avalia a efetividade dos controles internos. A partir do nível de risco ou exposição ao risco aceitável pela entidade, definido segundo os critérios de impacto e probabilidade combinados, cabe à gestão do risco operacional realizar o monitoramento e a comunicação aos Órgãos Estatutários.

4.4 Risco Legal

Pode ser definido como a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. Para um melhor controle do risco legal, a Fundação Sistel o subdivide em quatro categorias:

- Contencioso - decorrente de ações ajuizadas pela entidade ou contra ela;
- Contratual - relacionado à ausência ou inadequação formal de contratos em que a Sistel seja parte, detalhamento insuficiente ou interpretação divergente de suas cláusulas e sua conformidade com a legislação pertinente;
- Tributário - ocasionado por interpretação indevida da legislação tributária ou sua inobservância por parte da Sistel, extensiva aos terceiros;
- Conformidade externa - ocasionado pela inobservância, violação ou interpretação indevida de regulamentações e normativos externos, seja pela Sistel, seja por consultoria jurídica externa.

Para mitigação do risco legal e regulatório, a área de Controles Internos e *Compliance* da Sistel regularmente monitora as obrigações legais pertinentes à entidade e mensalmente as atualiza, conforme a publicação diária das normas que impactam o segmento (PREVIC, CMN, RFB, COAF, entre outros).

Anualmente, os riscos legais e regulatórios, dentre outros, são identificados e avaliados, segundo sua probabilidade de ocorrência e impacto tangível ou intangível, nos processos da Sistel, por meio da metodologia Control Risk Self Assessment. A área de Controles Internos e *Compliance* é responsável pela análise dos resultados e reporte aos Órgãos Estatutários e monitoramento dos planos de ação.

4.5 Risco Contingencial

É o risco decorrente da existência de questionamentos judiciais sobre a gestão previdencial, assistencial e de investimentos, envolvendo a avaliação da necessidade de constituição de provisões contábeis para suprir eventuais probabilidades de perdas em processos judiciais, que possam impactar a solvabilidade das reservas dos planos. As contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base a avaliação dos consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis decorrentes dos questionamentos judiciais.

4.6 Risco do Passivo Atuarial

É o risco decorrente da adoção de premissas atuariais que não se confirmem, ou que se revelem pouco aderentes à massa de Participantes ou decorrente do uso de metodologias que se mostrem

inadequadas. Para mitigar este risco, a Sistel elabora, anualmente, um estudo de aderência das premissas de todos os seus Planos de Benefícios.

4.7 Risco de Liquidez e Solvência

É o risco que está relacionado ao casamento dos fluxos de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis na data do pagamento dos benefícios e demais obrigações do plano. À medida que os prazos de vencimentos das obrigações se aproximam, a alocação dos recursos deve privilegiar ativos mais líquidos. A Fundação Sistel realiza periodicamente estudos para o estabelecimento do parâmetro mínimo de liquidez a ser considerado na otimização realizada pelo estudo de ALM das parcelas em Benefício Definido dos planos por ela administrados, levando em consideração o fluxo de pagamento de benefícios anual, o nível das contingências e a possibilidade de distribuição de superávit. Assim, a liquidez necessária ao cumprimento dos compromissos dos planos é estabelecida levando-se em consideração a satisfação destas premissas, prezando pela solvência dos planos no longo prazo. A razão de solvência reflete a relação entre o valor presente dos ativos por plano e o valor presente do passivo atuarial dos planos, esta razão quando igual ou superior a 1 mostra a capacidade dos planos de suportar seus compromissos no longo prazo, no quadro abaixo demonstramos esta razão para os próximos anos:

Período	Plano de Benefícios					
	PBS-A	PBS-Telebras	PBS-CPqD	PBS-Sistel	CPqDPrev	TelebrasPrev
2021	1,3	1,2	1,1	1,2	1,2	1,3
2022	1,4	1,1	1,1	1,2	1,3	1,3
2023	1,4	1,1	1,2	1,2	1,4	1,3
2024	1,5	1,2	1,2	1,3	1,4	1,4
2025	1,5	1,2	1,2	1,3	1,5	1,5
2026	1,6	1,3	1,3	1,4	1,5	1,6
2027	1,6	1,4	1,3	1,4	1,6	1,7
2028	1,7	1,4	1,3	1,5	1,6	1,8

(*) não foi inserido plano InovaPrev por tratar-se de um plano de Contribuição Definida.

NOTA 5:

PARTES RELACIONADAS

5.1 Contribuições de Participantes, Assistidos e Patrocinadoras

Em relação às Patrocinadoras, a Fundação Sistel não mantém outras operações que não seja o recebimento das contribuições para custeio dos planos de benefícios por ela administrados.

A Fundação Sistel administra vários planos de benefícios conforme descrito na Nota 1, sendo os aportes dos Participantes, dos Assistidos e dos Patrocinadores desses planos de benefícios relacionados no quadro abaixo:



Receitas de contribuição de Participantes e Patrocinadores a Fundação Sistel				
Planos	2020		2019	
	Participantes e Assistidos	Patrocinadores	Participantes e Assistidos	Patrocinadores
PBS-A	83	-	21.528	-
PBS-CPqD	129	15	125	15
PBS-Sistel	20	-	20	-
CPqDPrev	3.004	2.590	3.306	2.755
TelebrasPrev	2.569	2.373	2.699	2.486
InovaPrev	6.225	6.153	6.087	5.881
TOTAL	12.030	11.131	33.765	11.137

Nota do quadro: as informações do quadro acima divergem da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS e da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por considerar apenas as contribuições vertidas a cada plano pelos Patrocinadores, Participantes e Assistidos. Nas demonstrações são enquadradas como contribuições outras fontes de receitas que geram benefícios econômicos aos planos de benefícios.

5.2 Partes relacionadas com o Estado

O ente estatal Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras é Patrocinador único dos Planos de Benefícios PBS-Telebras e TelebrasPrev, e Patrocinador solidário do Plano PBS-A, além de integrar o Conselho Fiscal da Entidade. Não houve, durante o exercício de 2020, nenhuma outra transação entre a Fundação Sistel e a Telebras.

5.3 Remuneração dos Administradores

A remuneração total dos administradores da Fundação Sistel foi de R\$ 5.471 em 2020 (R\$ 5.719 em 2019), que inclui salário, encargos, benefícios, plano de pensão e provisão para remuneração variável.

5.4 Remuneração dos Conselheiros

A remuneração total dos conselheiros da Fundação Sistel foi de R\$ 3.273 em 2020 (R\$ 3.155 em 2019), que inclui salários e encargos.

5.5 Remuneração do Comitê de Auditoria

A remuneração total dos membros do Comitê de Auditoria constituído em 2020, conforme determinação da Instrução PREVIC, nº 5/2017, foi de R\$ 262 (R\$ 256 – 2019), que inclui salários e encargos.

NOTA 6:

SALDOS DE CONTAS COM DENOMINAÇÃO “OUTROS”

Conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, item II, Procedimentos Operacionais, subitem 30, letra K, apresentamos a seguir os saldos relevantes das contas “Outros” nos seus respectivos grupos de contas. Segundo essa norma, a Entidade deverá apresentar detalhamento dos saldos das contas que contenham a denominação “Outros”, quando ultrapassarem, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas.

Ativo Realizável – Assistencial

Apresenta saldo na conta “Recebível” no montante de R\$ 30.290 (R\$ 32.455 em 2019). Esses valores referem-se a Recursos a Receber de Contribuições e de Coparticipação e Adiantamentos do PAMA.

NOTA 7:

AÇÃO CIVIL FENAPAS

Ação Civil Pública proposta pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), contra a Fundação Sistel, e algumas de suas Patrocinadoras, visando à anulação da cisão do plano previdenciário PBS, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes das Provisões Matemáticas, contingenciais e resultados existentes à época da cisão. O risco de perda dessa ação foi avaliado como possível pelos nossos assessores jurídicos, entretanto, o valor envolvido é inestimável, tendo em vista que os pedidos formulados são ilíquidos e inexequíveis no atual estágio da demanda.

O Processo é tratado como de natureza estratégica e tem acompanhamento diferenciado, com reportes periódicos para o Conselho Deliberativo da Fundação. Por solicitação da Fundação Sistel, a PREVIC requereu o seu ingresso formal no processo em janeiro/18, sendo que o pedido teve parecer favorável do Ministério Público.



Em junho/18 a 20ª Câmara do TJRJ acatou pedido da PREVIC de ingresso no processo e declinou da competência para a Justiça Federal. Da referida decisão houve Embargos de Declaração apresentados pela FENAPAS, que foram julgados e desprovidos em março de 2020.

Desde então o processo aguarda a remessa para a Justiça Federal, onde deverá iniciar nova tramitação, sem prazo para definição.

Ainda não foram esgotadas as vias recursais, cabendo ainda o acesso ao STJ e possivelmente ao STF. Após encerrada a discussão processual, caso não ocorra a reversão do julgado, ainda haverá a fase de liquidação e execução, o que indica um trâmite prolongado do processo, podendo demandar muitos anos.

NOTA 8:

NOVO NORMATIVO CONTÁBIL

Em 20 de agosto de 2020, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, editou a Instrução Normativa nº 31. Essa instrução passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2021 e estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis. Essas adequações representam uma evolução ao tratamento contábil dado aos planos de benefícios e PGA das entidades, mas não tem efeito sobre a situação patrimonial e seus respectivos resultados.

NOTA 9:

EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou de seus planos de benefícios e PGA, que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.



I. PLANO PBS-A

PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - ASSISTIDOS



NOTA I.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano PBS-A constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 485.204 no exercício de 2020 (R\$ 209.724– 2019). A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência.

A movimentação no quadro abaixo, demonstra os principais fatos que levaram a constituição deste resultado no exercício:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	279	21.528	[98,70]
(-) Despesas	(650.605)	(636.345)	2,24
(+-) Constituições/Reversões Contingências	109.216	(58.462)	[286,82]
(+-) Fluxo de Investimentos	1.526.244	1.153.765	32,28
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(188.496)	(13.805)	1.265,42
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(311.434)	(256.957)	21,20
Resultado Anual	485.204	209.724	131,35
Resultado Acumulado	1.871.252	1.386.049	35,01

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- A redução nas receitas do plano decorre, principalmente, pela quitação das contribuições dos Assistidos através da distribuição de superávit realizada em dezembro/2019. Diante disso, os Assistidos não realizaram a contribuição em dezembro do abono anual. Os valores registrados em 2020 são decorrentes de ajustes de exercícios anteriores de valores baixados como perda.
- Informamos que alguns valores da DMAL- Demonstração das Mutações do Ativo Líquido, divergem do quadro acima, pois os valores decorrentes do pagamento de superávit que teve início em dezembro/2019, sendo R\$ 586.964 em 2020 (R\$ 45.882 em 2019), foram adicionados às despesas e deduzidos das constituições de fundos previdenciais, para possibilitar o fechamento dos valores dos ativos líquidos dos dois exercícios, uma vez que não há rubricas próprias para essa finalidade.
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, pela alteração mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10% saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das Provisões Matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a provisão matemática do Plano de benefícios;
- A avaliação atuarial demonstrou que as demais hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2020;

- No ano de 2020, a rentabilidade dos investimentos do plano foi de 13,85% (10,43% - 2019) e superou a meta atuarial (meta: INPC+3,90% a.a.) em 44,84%, face à exposição relevante em ativos atrelados à variação do IGP-M, contribuindo para o resultado apresentado no período;
- Logo, o aumento do resultado dos investimentos no período, juntamente com a reversão de contingências, foram fatores determinantes para um melhor resultado contábil do plano no ano de 2020 em relação ao ano de 2019.

NOTA I.2:

DESTINAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

I.2.1 Destinação de Resultados

Regularmente o plano vem destinando superávit para, na sequência, realizar o processo de distribuição às Patrocinadoras e seus Assistidos. A situação econômica-atuarial do plano, em 2020, é superavitária em R\$ 1.871.252 (R\$ 1.386.049 em 2019). Porém, em 2020, não será realizada a destinação de resultado e o plano continuará a realizar o pagamento dos resultados dos anos anteriores.

Em 2020, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CNPC nº 30/2018, depois de satisfeitas todas as exigências, foi verificado que o plano não possui parcela de superávit a destinar devido ao plano, em 2019, ter destinado a totalidade do saldo da conta “reserva especial para revisão do plano” iniciando, portanto, em 2020, uma nova contagem de três exercícios com saldo na referida conta para que haja nova destinação.

I.2.2 Distribuição de Superávit

Em 5 de dezembro de 2019 a PREVIC autorizou a distribuição de superávit para o plano PBS-A através da Portaria PREVIC/DILIC nº 1.061. No Art. 2º ela aprova a destinação da reserva especial para revisão de plano, com reversão de valores às Patrocinadoras e melhoria dos benefícios, na forma de renda temporária aos Assistidos. O superávit está sendo distribuído e contará com um total de 36 parcelas, conforme aprovado pelo órgão fiscalizador. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro/2019. O quadro abaixo demonstra o saldo a distribuir em 2019 e o valor atualizado em 31/12/2020, descontados os pagamentos e somada a correção monetária do fundo que é realizada pela variação da cota do plano.

Fundo	Saldo a Distribuir de Superávit 31/12/2020	Saldo a Distribuir de Superávit 31/12/2019
Fundo PB-1	71.213	89.870
Fundo 2012	516.080	667.675
Fundo 2014	337.227	438.710
Fundo 2015	363.882	474.554
Fundo 2016	586.249	506.760
TOTAL	1.874.651	2.177.569

(*) o fundo de 2016 foi destinado no exercício anterior, 2019, porém, o processo de distribuição ainda não foi aprovado pela PREVIC, devido a situação da ação FENAPAS (Nota 7). Os demais fundos estão sendo distribuídos.

NOTA 1.3:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

I.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	112.755	83.562
COMPANHIAS ABERTAS	112.755	83.562
AÇÕES	1.966	1.966
COMPANHIAS ABERTAS	1.966	1.966
FUNDOS DE INVESTIMENTO	11.728.136	11.395.577
RENTA FIXA	11.706.076	11.371.419
IMOBILIÁRIO	22.060	24.158
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	440.173	488.741
ALUGUÉIS E RENDA	440.173	488.741
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	91.002	91.049
EMPRÉSTIMOS	91.002	91.049
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	2.023	423
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	12.376.055	12.061.318

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. O aumento da posição em créditos privados e depósitos ocorreu em função da forte valorização destes ativos a mercado, principalmente em função da redução das taxas de juros. No período, não houve novas aquisições.
- II. A redução dos investimentos imobiliários ocorreu em função do recebimento de parcelas de alienações ocorridas em 2019, Ed. Birmann 10 em SP e do 4º. Andar do Ed. Banlavoura em MG.

I.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS Assistidos							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	1.354.247	30.322	112.755	1.354.247	30.322	83.562
Companhias Abertas	-	1.354.247	30.322	112.755	1.354.247	30.322	83.562
Debêntures	>365 Dias	1.354.247	30.322	112.755	1.354.247	30.322	83.562
Ações	-	21.508.131	1.966	1.966	21.508.131	1.966	1.966
Companhias Abertas	-	21.508.131	1.966	1.966	21.508.131	1.966	1.966
Fundos de Investimento	-	66.843.828	5.956.111	11.728.334	73.983.492	6.582.563	11.395.777
Renda Fixa	-	64.299.403	5.945.882	11.706.076	71.439.067	6.572.335	11.371.419
Imobiliário	-	2.544.425	10.229	22.258	2.544.425	10.229	24.358

(*) não consta o provisionamento em fundos de investimentos do FII Geo. Guararapes

I.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

I.3.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	979.853	240.399	8.878.529	10.098.781	13.218.552
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	915.163	240.399	6.323.412	7.478.975	10.053.212
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	2.555.116	2.555.116	3.090.126
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	232	-	-	232	1.650
Letras Financeiras Privadas	-	64.458	-	-	64.458	73.564
Total	-	979.853	240.399	8.878.529	10.098.781	13.218.552

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	1.021.973	1.411.593	8.523.463	10.957.029	13.719.251
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	949.865	1.411.593	5.441.675	7.803.133	10.114.205
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	3.081.789	3.081.789	3.525.821
Letras Financeiras Privadas	-	72.108	-	-	72.108	79.225
Total	-	1.021.973	1.411.593	8.523.463	10.957.029	13.719.251

I.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	-	1.272.931	47.928	35.634	323	1.356.816
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	6.486	-	-	-	6.486
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	2.112	-	-	-	2.112
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	1.264.333	-	-	-	1.264.333
Debêntures	-	-	47.928	35.634	323	83.885
Investimentos em Renda Variável	-	-	-	-	1.966	1.966
Bonaire Participações (BNPA3)	-	-	-	-	1.966	1.966
Total	-	1.272.931	47.928	35.634	2.289	1.358.782

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	265.670	532.754	-	63.296	230	861.949
Letra do Tesouro Nacional - LTN	4.499	-	-	-	-	4.499
Letra Financeira do Tesouro - LFT	261.170,36	483.294,22	-	-	229,66	745.927
Debêntures	-	49.460	-	63.296	-	112.755
Investimentos em Renda Variável	-	-	-	-	1.966	1.966
Bonaire Participações (BNPA3)	-	-	-	-	1.966	1.966
Total	265.670	532.754	-	63.296	2.195	863.915

I.3.4 Abertura dos investimentos em Companhias Abertas e Ações

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	114.721	85.528
Companhias Abertas	112.755	83.562
Debêntures CEMIG	49.460	47.928
Debêntures Vale Rio Doce	63.295	35.634
Ações	1.966	1.966
Companhias Abertas	1.966	1.966
Bonaire Participações S.A	1.966	1.966

I.3.5 Provisões para Perdas nos Fundos de Investimento

Descrição	Percentual da Provisão	31/12/2020	31/12/2019
FII Geo. Guararapes	100,00% em 2019 e em 2020	198	201
Totais		198	201

I.3.6 Títulos Disponíveis para Negociação

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	891.719	1.356.261	(34,25)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	-	6.486	(100,00)
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	2.112	(100,00)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	774.465	1.264.101	(38,75)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	4.499	-	100,00
Debêntures	112.755	83.562	34,94
Investimentos em Renda Variável	1.966	1.966	-
Investimentos no setor de Alimentos e Bebidas	1.966	1.966	-
Investimentos Imobiliários	433.222	472.710	(8,35)
Centro Empresarial Internacional Rio	86.318	87.374	(1,21)
Centro Empresarial Rio	35.027	34.247	2,28
Edifício Afonso Pena	-	19.856	(100,00)
Edifício Banlavoura	15.386	20.864	(26,26)
Edifício Rio Metropolitana	185.298	194.490	(4,73)
Edifício Birman X	-	-	-
Edifício Birman IX	81.256	84.670	(4,03)
Empresarial Center Recife	7.679	6.850	12,10
FII Centro Têxtil	22.060	24.158	(8,68)
FII Geo. Guararapes	198	201	(1,49)
Empréstimos e Financiamentos	91.002	91.049	(0,05)
TOTAL	1.417.909	1.921.986	(26,23)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

(*) Os valores dos investimentos imobiliários, referente às edificações, estão líquidos de contas a pagar, provisões para perda e demandas judiciais.

(**) O FII Geo. Guararapes encontra-se integralmente provisionado em 31/12/2020.

I.3.7 Títulos Mantidos até o Vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	10.957.030	10.098.549	8,50
Letra Financeira - LF	72.108	64.458	11,87
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	7.803.133	7.478.975	4,33
Nota Do Tesouro Nacional - Série C	3.081.789	2.555.116	20,61

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

I.3.8 Reavaliação de Imóveis

No encerramento do exercício de 2020, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a reavaliação da carteira de imóveis, posicionada em 31/12/2020, pela Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria LTDA, CNPJ 00.807.848/0001-27, com sua matriz situada na Praça Tiradentes nº 10 Sala 1502 CEP: 20.060-070 Centro – Rio de Janeiro/RJ. Os avaliadores basearam-se em pesquisa de mercado de imóveis assemelhados e por comparação da equivalência de situação, tempo e características, além de suas respectivas análises. A reavaliação da carteira causou impacto contábil negativo consolidado no montante de R\$ 1.834 (R\$ 3.576 negativo em terrenos e R\$ 1.742 positivo em construções), conforme demonstrado abaixo:

IMÓVEL	VALORES ANTES REAValiação	EFEITO REAValiação	Alienação	VALORES APÓS REAValiação	VIDA ÚTIL REMANESCENTE
Terrenos - 1.2.3.6.04.03.01	245.472	(3.576)	(10.010)	231.886	
EDIFÍCIO BIRMAN IX	24.506	11.637		36.143	
EDIFÍCIO CENTRO EMPRES. INTERNACIONAL RIO - RJ	56.964	1.870		58.834	
EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	20.431	351		20.782	
EDIFÍCIO RIO METROPOLITAN - RJ	121.457	(15.257)		106.200	
ED.BANLAVOURA - MG	8.453	(1.727)		6.726	
EDIFÍCIO AFONSO PENA - MG	10.010	-	(10.010)	-	
EDIFÍCIO EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	3.651	(450)		3.201	
Construções- 1.2.3.6.04.03.02	195.046	1.742	(9.435)	187.353	
EDIFÍCIO BIRMAN IX	57.859	(10.037)		47.822	20
EDIFÍCIO CENTRO EMPRES. INTERNACIONAL RIO - RJ	29.139	1.005		30.144	30
EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL RIO - RJ	13.239	1.202		14.441	30
EDIFÍCIO RIO METROPOLITAN - RJ	70.546	6.764		77.310	25
ED.BANLAVOURA - MG	11.738	1.355		13.093	15
EDIFÍCIO AFONSO PENA - MG	9.435	-	(9.435)	-	22
EDIFÍCIO EMPRESARIAL CENTER RECIFE - PE	3.090	1.453		4.543	20

**A Fundação Sistel recebeu um ofício nº 32586 / 2020 do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que declarou o Edifício Afonso Pena em Belo Horizonte – MG como sendo de utilidade pública, destinado ao funcionamento do Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte, sendo publicado na data de 08/10/2020, o Decreto Estadual nº 432/2020. Foi realizada a proposta de compra pelo montante de R\$ 17,4 milhões.

I.3.9 Operações com Participantes

As provisões para perdas, relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos Assistidos do plano PBS-A, administrado pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34/2009. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da provisão para perdas é de R\$ 211 (R\$ 364 em 2019).

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 31/12/2020	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	91.413	(200)	91.213	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(364)	153	(211)	
Faixa Provisionamento 25%	-	(2)	(2)	
Faixa Provisionamento 50%	(1)	-	(1)	
Faixa Provisionamento 75%	(54)	54	-	
Faixa Provisionamento 100%	(309)	101	(208)	
Saldo da Carteira	91.049	(47)	91.002	INPC + 5% a.a.

NOTA I.4: PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às aquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Popacionais		
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 M D10%	AT 2000 M D10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female D 20%	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ETTJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018. De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

Além disso, foi necessária a alteração da premissa de Mortalidade de Inválidos, tendo em vista o histórico de eventos ocorridos nos últimos anos, estando a Tábua RP 2000 Disabled Female D 20% aderente à massa.

NOTA I.5: PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	7.498.884	7.310.388	2,58
Benefícios Concedidos	7.498.884	7.310.388	2,58
Benefício Definido	7.498.884	7.310.388	2,58

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima, decorre, principalmente, da alteração das premissas de taxa de juros e de mortalidade de inválidos, conforme descrito no item anterior, bem como pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos, contrapondo o efeito observado pela movimentação da massa.

NOTA 1.6:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FÉDERAIS

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020, com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 1.871.252 (R\$ 1.386.049 em 2019), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 35,14%, acima do mínimo (27,67% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	7.498.884	7.310.388
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	4,89	4,96
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $((1*2.1)/100)*-1$	(366.695)	(362.595)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	18,89	18,96
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	1.416.539	1.386.050
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	1.874.721	1.827.597
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	1.416.539	1.386.050
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	1.871.252	1.386.049
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	763.513	636.699
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	2.634.765	2.022.748
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	35,14	27,67

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-A resultou em um valor positivo no montante de R\$ 763.513, conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade(*)	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2030	319	1.161.857	1.372.067	210.210
NTN-C	01/01/2031	403	3.081.790	3.484.283	402.493
NTN-B	15/08/2040	30	103.048	135.833	32.785
NTN-B	15/08/2050	53	208.806	253.266	44.460
NTN-B	15/05/2055	54	183.353	256.918	73.564
TOTAL	-	860	4.738.854	5.502.367	763.513

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA I.7:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios e destinados à distribuição de superávit, conforme quadro abaixo:

Fundos Previdenciais	31/12/2020	31/12/2019	%
Fundo de Reversão de Valores – 2012	516.080	667.675	-22,70%
Fundo de Reversão de Valores – 2014	337.227	438.710	-23,13%
Fundo de Reversão de Valores – 2015	363.882	474.554	-23,32%
Fundo de Reversão de Valores – PB1	71.213	89.870	-20,76%
Fundo de Reversão de Valores – 2016	586.249	506.760	15,66%
Fundo de Cobertura de Demandas judiciais – FCDJ	312.041	228.084	36,81%
Fundo de Oscilação de Taxas de Juros	64.544	121.112	-46,71%
Totais	2.251.236	2.526.765	-10,91%

I.7.1. Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Resolução nº 30, de 10 de outubro de 2018. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos PB1, 2012, 2014, 2015 e 2016 – constituídos para distribuição de superávit, decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

I.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo de Cobertura de Demandas Judiciais - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de eventual perda, parcial ou total, de demandas judiciais em relação à gestão previdencial do Plano.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução no próximo exercício.

NOTA I.8:

CUSTEIO DO PLANO

Como as Provisões Matemáticas estão completamente integralizadas, sendo o patrimônio suficiente para cobrir todos os compromissos e pelo fato deste plano ser constituído somente por Aposentados e Pensionistas, não há previsão de Contribuições Normais ou Extraordinárias no Plano de Custeio anual.

NOTA 1.9:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes, constituindo provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Saldo 31/12/2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	705.359	50.608	[219.281]	[25.532]	76.614	587.769	88	128	110
Expurgos Inflacionários	1.404	85	[7]	[203]	168	1.446	1	2	5
Ações Reflexas	114.474	101	[3.025]	[16.824]	11.062	105.789	3	6	8
Revisão de Benefícios Regulamento Plano	83.201	-	[84.672]	-	1.471	-	-	1	-
PIS/COFINS auto de infração	69.579	-	[54.263]	-	1.722	17.038	-	Parcial *	-
Revisão de Ben.Trabalhista	40.360	-	[42.087]	-	1.726	-	-	41	-
Seguro de Vida	12	-	-	-	1	13	-	-	-
Demandas Judiciais	396.329	50.422	[35.227]	[8.505]	60.463	463.483	84	78	97
Investimentos	49.851	-	-	-	30.000	79.852	-	-	-
Imposto de Renda	27.473	-	-	-	201	27.674	-	-	-
Imóveis	21.344	-	-	-	29.772	51.116	-	-	-
Outros	1.034	-	-	-	28	1.062	-	-	-
TOTAL	755.210	50.608	[219.281]	[25.532]	106.615	667.621	88	128	110

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas demonstrados no quadro acima.

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

Ações reflexas de Patrocinadora – trata-se de ações trabalhistas, propostas por ex-empregados Aposentados de Patrocinadoras, que têm por objeto a alteração no valor da suplementação de aposentadoria, com base em verbas trabalhistas alcançadas em ação contra Patrocinadora.

Revisão de Benefícios – regulamento do plano – trata-se de ações em que se discute regras de regulamento do Plano, entre elas: (i) Cálculo hipotético INSS; (ii) Aposentadoria antecipada – redutor etário; (iii) Aposentadoria antecipada – aplicação coeficiente INSS; (iv) Integralização de suplementação de benefício; (v) Aplicação de correção monetária; (vi) Correção monetária Salário de participação pelo INPC; (vii) Reajuste do benefício pelos mesmos índices do INSS e; (viii) Garantia do benefício mínimo. O valor da contingência registrada refere-se à um percentual de perda das ações previdenciárias, aplicado sobre o valor apurado destas ações. Nesse caso, a provisão foi baixada em junho/2020.

Revisão de Benefícios Trabalhistas - trata-se de ações trabalhistas em que os reclamantes pleiteiam o recálculo do benefício por meio da aplicação do regulamento do PBS de 1977 e todas as modificações que lhe forem mais favoráveis, como, por exemplo, a aplicação do índice FRI - Fator de Reajuste Inicial, que era contemplado em versão anterior do Regulamento do Plano. A Provisão foi transferida em julho/2020 para conta “Previdencial – Demandas Judiciais”, conforme decisão da Diretoria Executiva.

Previdenciário - Demandas Judiciais - trata-se de ações em que se discute regras de regulamento do Plano, entre elas: (i) Cálculo hipotético INSS; (ii) Aposentadoria antecipada – redutor etário; (iii) Aposentadoria antecipada – aplicação coeficiente INSS; (iv) Integralização de suplementação de benefício; (v) Aplicação de correção monetária; (vi) Correção monetária Salário de participação pelo INPC; (vii) Reajuste do benefício pelos mesmos índices do INSS e; (viii) Garantia do benefício mínimo, ou e assuntos previdenciários diversos, tais como: pecúlio, pensão, alteração da espécie do benefício, Superávit 1999; superávit 2009, reajuste de benefício e FRI - Fator de Reajuste Inicial. O valor da contingência registrada refere-se às ações ainda em andamento, que tiveram decisões desfavoráveis à Sistel em 1ª ou 2ª instâncias.

*** PIS/COFINS – Auto de Infração** - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrada provisão específica, no valor dos autos de infração com os referidos encargos financeiros. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute a compensação de crédito referente ao Imposto de Renda sobre investimentos em renda fixa do exercício de 1994.

Imóveis e Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de imóveis e outros investimentos. Houve alteração na metodologia de cálculo em novembro/2020, conforme decisão da Diretoria Executiva.

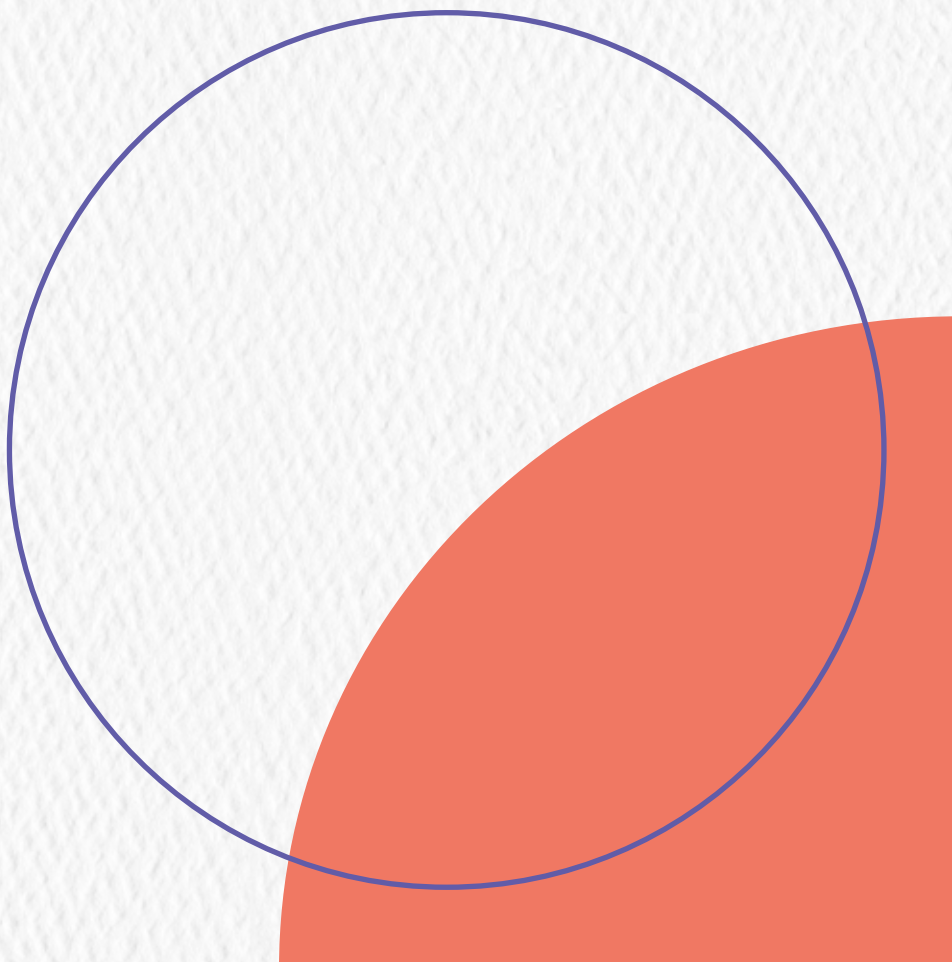
O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis”, no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
Previdenciais Demandas Judiciais	918	243.649	1.111	267.042
Imóveis	4	94	2	30

(*) os demais processos não apresentam processos classificados com probabilidade de perda possível.

NOTA I.10: FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-A, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do Fundo Administrativo do Plano é de R\$ 696.651 (R\$ 664.372 em 2019). O valor transferido do PBS-A para o PGA, destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2020, foi de R\$ 6.690 (R\$ 5.880 em 2019).



II. PLANO PBS-TELEBRAS

PLANO DE BENEFÍCIO SISTEL - TELEBRAS



NOTA II.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano PBS-Telebras constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 5.207 no exercício de 2020 (R\$ 805 em 2019). O quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	1	-	100,00
(-) Despesas	(14.564)	(13.834)	5,28
(+-) Constituições/Reversões Contingências	2.935	(703)	(517,50)
(+-) Fluxo de Investimentos	36.932	37.664	(1,94)
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(6.665)	(4.766)	39,84
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(13.432)	(17.556)	(23,50)
Resultado Anual	5.207	805	546,96
Resultado Acumulado	42.561	47.949	(11,24)

O plano não conta com ingresso de receitas previdenciais. O valor apresentado em contribuições é decorrente de ajustes de exercícios anteriores com a recuperação de créditos baixados como perda.

A redução no resultado acumulado é decorrente da destinação da reserva especial de plano do ano de 2017, no montante de R\$ 10.595, conforme nota II.2, segregada em 50% para Patrocinadora e 50% para os Participantes e aos Assistidos.

O resultado positivo dos investimentos no montante de R\$ 36.932 (R\$ 37.664 em 2019) foi suficiente para cobrir as demais despesas e constituições de Provisões Matemáticas e fundos previdenciais, formando o resultado do período de R\$ 5.207 (R\$ 805 em 2019).

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

Informamos que alguns valores da DMAL- Demonstração das Mutações do Ativo Líquido, divergem do quadro acima, pois os valores decorrentes do pagamento de superávit que teve início em dezembro/2019, sendo R\$ 47.936 em 2020 (R\$ 3.796 – 2019), foram adicionados às despesas e deduzidos das constituições de fundos previdenciais, para possibilitar o fechamento dos valores dos ativos líquidos dos dois exercícios, uma vez que não há rubricas próprias para essa finalidade.

- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, pela redução mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10% saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das provisões matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a Provisão Matemática do Plano de benefícios;

- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 é de 9,14% e ficou abaixo da meta atuarial de 9,56%, face à alocação relevante em títulos atrelados à Selic, destinados ao fluxo de caixa do Plano de Benefícios
- O resultado superavitário do plano no exercício de 2020 superior ao do ano anterior decorre, principalmente, da reversão contingencial ocorrida no período.

NOTA II.2:

DESTINAÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

A situação econômica-atuarial do plano, em 2020, é superavitária em R\$ 42.561 (R\$ 47.949 – 2019). Em 2020, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CNPC nº 30/2018, depois de satisfeitas todas as exigências, foi realizada a destinação do resultado do exercício de 2017 no montante de R\$ 10.595.

Descrição	Ativo Líquido Antes da Destinação	Destinação Superávit 2017	Ativo Líquido Após Destinação
Provisões Matemáticas	202.046	-	202.046
Superávit Técnico	53.156	(10.595)	42.561
Reserva de Contingência	40.532	-	40.532
Reserva Especial para Revisão do Plano	12.625	(10.595)	2.030
Fundos Previdenciais	147.868	10.595	158.463

NOTA II.3:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

II.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	19.555	20.622
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	13.204	12.261
COMPANHIAS ABERTAS	6.351	8.361
FUNDOS DE INVESTIMENTO	392.603	416.999
RENDA FIXA	382.858	409.275
PARTICIPAÇÕES	9.745	7.724
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	1.008	941
EMPRÉSTIMOS	1.008	941
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	22	21
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	413.188	438.583

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. A posição em crédito privado apresentou redução em função do vencimento das debêntures da JSL S/A, não tendo ocorrido novas aplicações no período.
- II. A redução da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa decorreu do menor ganho financeiro do período, em função da redução das taxas de juros e do maior descaixe para pagamento de superávit no exercício.
- III. A elevação dos fundos de participações decorreu da valorização dos ativos no período, não houve novos aportes de recursos.

II.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pelo Artigo 37 da Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-Telebras							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	3.862	8.890	19.555	6.780	11.824	20.622
Companhias Abertas	-	3.852	3.890	6.351	6.770	6.824	8.361
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	2.918	2.933	2.207
Debêntures	>365 Dias	3.852	3.890	6.351	3.852	3.890	6.154
Instituições Financeiras	-	10	5.000	13.204	10	5.000	12.261
Letras Financeiras	>365 Dias	10	5.000	13.204	10	5.000	12.261
Fundos de Investimento	-	58.363.567	270.180	392.603	77.138.329	321.131	416.999
Renda Fixa	-	54.546.632	262.783	382.858	73.321.394	313.734	409.275
Participações	-	3.816.935	7.397	9.745	3.816.935	7.397	7.724

II.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

II.3.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	75.645	16.088	219.873	311.605	402.615
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	75.645	16.088	219.873	311.605	402.615
Total	-	75.645	16.088	219.873	311.605	402.615

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472
Nota do Tesouro Nacional - Série B	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472
Total	12.266	66.395	71.279	175.070	325.011	409.472

II.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	14.225	101.914	-	2.196	-	118.334
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	1.397	-	2.196	-	3.593
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	669	-	-	-	669
Letra Financeira do Tesouro - LFT	12.018	81.433	-	-	-	93.450
Debêntures	2.207	6.154	-	-	-	8.361
Letras Financeiras Privadas	-	12.261	-	-	-	12.261
Total	14.225	101.914	-	2.196	-	118.334

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	9.951	67.478	-	-	-	77.428
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	899	-	-	-	899
Letra Financeira do Tesouro - LFT	8.947	47.024	-	-	-	55.971
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.004	-	-	-	-	1.004
Debêntures	-	6.351	-	-	-	6.351
Letras Financeiras Privadas	-	13.204	-	-	-	13.204
Total	9.951	67.478	-	-	-	77.428

II.3.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	325.011	311.605	4,30
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	325.011	311.605	4,30

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

II.3.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	77.429	118.334	(34,57)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	899	3.593	(74,98)
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	669	(100,00)
Letra Financeira - LF	13.204	12.261	7,69
Letra Financeira do Tesouro - LFT	55.971	93.450	(40,11)
Debêntures	6.351	8.361	(24,04)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.004	-	100,00
Investimentos Estruturados	9.745	7.724	26,16
FIC FIP BTG INFRA II	5.595	3.528	58,60
FIP BVEP PLAZA CL A	3.053	3.088	(1,12)
FIP BVEP PLAZA CL B	1.096	1.108	(1,08)
Empréstimos e Financiamentos	1.007	941	7,01
TOTAL	88.181	126.999	(30,57)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

II.3.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	19.555	20.622
Companhias Abertas	6.351	8.361
Debêntures CEMIG	6.351	6.154
Debêntures JSL	-	2.207
Letras Financeiras	13.204	12.261

NOTA II.4:

PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Populacionais		
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. Telebras 2006 - 2015	EXP. Telebras 2006 - 2015

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ETTJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018.

De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

NOTA II.5:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	202.046	195.381	3,41
Benefícios Concedidos	186.140	176.125	5,69
Contribuição Definida	3.551	5.516	(35,62)
Benefício Definido	182.589	170.609	7,02
Benefício a Conceder	15.906	19.254	(17,39)
Contribuição Definida	3.819	3.923	(2,65)
Benefício Definido	12.087	15.331	(21,16)

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima, decorre principalmente da alteração da premissa de taxa de juros, conforme descrito no item anterior, bem como pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos, contrapondo o efeito observado pela movimentação da massa.

A redução de benefícios a conceder deve-se, principalmente, às concessões de aposentadoria ao longo do exercício.

NOTA II.6:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 42.561 (R\$ 47.949 em 2019), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 34,99%, acima do mínimo, (36,64% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	194.676	185.940
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	6,82	6,94
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(13.277)	(12.904)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	20,82	20,94
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	40.532	38.936
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	48.669	46.485
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3) (*)	40.532	38.936
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	42.561	47.949
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	22.491	20.174
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	65.052	68.123
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	33,42	36,64

(*) São consideradas apenas as contas de Provisões Matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-Telebras, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 22.491, conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2024	11	7.667	8.092	425
NTN-B	15/08/2026	24	16.766	18.204	1.438
NTN-B	15/08/2030	7	6.414	7.536	1.122
NTN-B	15/05/2035	45	36.588	44.737	8.149
NTN-B	15/08/2040	11	7.459	9.731	2.272
NTN-B	15/05/2045	28	19.706	24.954	5.248
NTN-B	15/05/2050	12	8.007	11.137	3.130
NTN-B	15/05/2055	3	1.650	2.357	707
TOTAL	-	141	104.257	126.748	22.491

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA II.7:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios e destinados à distribuição de superávit, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	(%)
Fundo de Desvios Espectrais do plano	37.523	34.046	10,21%
Fundo de Reversão de Valores 2009	97.775	134.993	-27,57%
Fundo de Reversão de Valores 2014	553	502	10,16%
Fundo de Reversão de Valores 2015	9.970	9.046	10,21%
Fundo de Reversão de Valores 2017	10.595	-	-
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	2.048	3.786	-45,92%
Totais	158.463	182.373	-13,11%

II.7.1. Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Resolução nº 30, de 10 de outubro de 2018. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras, Participantes e Assistidos 2009, 2014, 2015 e 2017 – constituídos para distribuição de superávit, decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

II.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano (FCDE) – tem por finalidade garantir as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA II.8:

CUSTEIO DO PLANO

Em decorrência da plena cobertura dos benefícios concedidos e a conceder e levando-se em consideração a integralização das Contribuições Futuras dos Participantes em função do processo de utilização dos recursos excedentes (superávit) ocorrido em 2008 e, de forma geral, o Regulamento em vigor na data da Avaliação Atuarial, bem como ante a inexistência de custos para o Plano, não foi estabelecido Plano de Custeio.

NOTA II.9:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	10.224	-	(3.792)	-	856	7.288	-	1	-
Expurgos Inflacionários	5.255	-	(6)	-	715	5.964	-	1	-
PIS/COFINS auto de infração	4.854	-	(3.786)	-	121	1.189	-	Parcial *	-
Demandas Judiciais	115	-	-	-	20	135	-	-	-
Investimentos	1.690	-	-	-	14	1.704	-	-	-
Imposto de Renda	1.623	-	-	-	12	1.635	-	-	-
Outros	67	-	-	-	2	69	-	-	-
TOTAL	11.914	-	(3.792)	-	870	8.992	-	1	-

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2019 e 2020.

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais ou administrativas.

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, sendo registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

Previdenciário - Demandas Judiciais - trata-se de ações em que se discute regras de regulação do Plano, entre elas: (i) Cálculo hipotético INSS; (ii) Aposentadoria antecipada – redutor etário; (iii) Aposentadoria antecipada – aplicação coeficiente INSS; (iv) Integralização de suplementação de benefício; (v) Aplicação de correção monetária; (vi) Correção monetária Salário de participação pelo INPC; (vii) Reajuste do benefício pelos mesmos índices do INSS e; (viii) Garantia do benefício mínimo, ou e assuntos previdenciários diversos, tais como: pecúlio, pensão, alteração da espécie do benefício, Superávit 1999, superávit 2009, reajuste de benefício e FRI - Fator de Reajuste Inicial. O valor da contingência registrada refere-se às ações ainda em andamento, que tiveram decisões desfavoráveis à Sistel em 1ª ou 2ª instâncias.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de investimentos.

NOTA II.10:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-Telebras, considerando o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 60.816 (R\$ 56.259 em 2019). O valor transferido do PBS-Telebras para o PGA destinado ao custeio administrativo de investimentos da Entidade, no exercício de 2020, foi de R\$ 216 (R\$ 207 em 2019).

III. PLANO PBS-CPqD

PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - CPqD



NOTA III.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano PBS-CPqD constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 16 no exercício de 2020 (déficit R\$ 48 em 2019). A situação do plano é superavitária no acumulado em R\$ 1.496 (R\$ 1.480 – 2019).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	145	141	2,84
(-) Despesas	(2.493)	(2.596)	(3,97)
(-) Custeio Administrativo	(16)	(16)	-
(+-) Constituições/Reversões Contingências	206	91	126,37
(+-) Fluxo de Investimentos	3.923	3.645	7,63
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(2.099)	(902)	132,71
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	350	(411)	(185,16)
Resultado Anual	16	(48)	133,33
Resultado Acumulado	1.496	1.480	1,08

O quadro de formação do resultado demonstra que houve mudança no fluxo previdencial no período, o que contribui para o superávit apresentado no período, decorrente dos seguintes fatos:

- As receitas do plano mantiveram-se constantes nos períodos;
- A diminuição das despesas é decorrente da redução no pagamento de resgates no exercício de 2020;
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, pela alteração mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10% saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das Provisões Matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a provisão matemática do Plano de benefícios;
- A rentabilidade acumulada do plano em 2020 é de 9,99% e superou em 4,51% a variação da meta atuarial do plano (INPC+3,90% a.a.).
- Em 2020, dada a perspectiva de queda nas taxas de juros, houve reversão do Fundo de Oscilação de Taxa de Juros formado pela diferença entre as Provisões Matemáticas considerando a taxa de juros de 3,90% a.a. e 3,80% a.a. (4,09% a.a. – 3,90% a.a. – 2019).
- O resultado dos planos é positivo em 2020, principalmente, pelo fluxo positivo dos investimentos superiores ao de 2019 e pela reversão de contingência observada.

NOTA III.2:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

III.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	2.003	2.120
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.320	1.226
COMPANHIAS ABERTAS	683	894
FUNDOS DE INVESTIMENTO	39.934	38.228
RENTA FIXA	38.921	37.423
PARTICIPAÇÕES	1.013	805
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	123	139
EMPRÉSTIMOS	123	139
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	14	14
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	42.074	40.501

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas descritas

- I. O aumento em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do plano.

III.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-CPqD							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	415	918	2.003	722	1.227	2.120
Companhias Abertas	-	414	418	683	721	727	894
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	307	309	232
Debêntures	>365 Dias	414	418	683	414	418	662
Instituições Financeiras	-	1	500	1.320	1	500	1.226
Letras Financeiras	>365 Dias	1	500	1.320	1	500	1.226
Fundos de Investimento	-	5.301.290	26.518	39.934	5.891.265	28.167	38.228
Renda Fixa	-	4.908.058	25.754	38.921	5.498.033	27.402	37.423
Participações	-	393.232	764	1.013	393.232	764	805

III.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

III.2.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	8.344	1.774	24.252	34.370	44.409
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	8.344	1.774	24.252	34.370	44.409
Total	-	8.344	1.774	24.252	34.370	44.409

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157
Nota do Tesouro Nacional - Série B	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157
Total	1.353	7.322	7.861	19.307	35.843	45.157

III.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	608	4.500	-	69	-	5.177
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	46	-	69	-	114
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	24	-	-	-	24
Letra Financeira do Tesouro - LFT	375	2.544	-	-	-	2.919
Debêntures	232	661	-	-	-	894
Letras Financeiras Privadas	-	1.226	-	-	-	1.226
Total	608	4.500	-	69	-	5.177

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	530	4.554	-	-	-	5.084
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	48	-	-	-	48
Letra Financeira do Tesouro - LFT	476	2.503	-	-	-	2.979
Letra do Tesouro Nacional - LTN	54	-	-	-	-	54
Debêntures	-	683	-	-	-	683
Letras Financeiras Privadas	-	1.320	-	-	-	1.320
Total	530	4.554	-	-	-	5.084

III.2.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	35.843	34.370	4,29
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	35.843	34.370	4,29

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

III.2.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	5.084	5.177	(1,80)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	48	114	(57,89)
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	24	(100,00)
Letra Financeira - LF	1.320	1.226	7,67
Letra Financeira do Tesouro - LFT	2.979	2.919	2,06
Letra do Tesouro Nacional - LTN	54	-	100,00
Debêntures	683	894	(23,60)
Investimentos Estruturados	1.013	804	26,03
FIC FIP BTG INFRA II	576	363	58,80
FIP BVEP PLAZA CL A	322	325	(1,01)
FIP BVEP PLAZA CL B	115	116	(0,72)
Empréstimos e Financiamentos	123	138	(10,87)
TOTAL	6.220	6.119	1,66

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

III.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	2.003	2.120
Companhias Abertas	683	894
Debêntures CEMIG	683	662
Debêntures JSL	-	232
Letras Financeiras	1.320	1.226

NOTA III.3: PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Popacionais		
Rotatividade	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. CPqD 2006 - 2015	EXP. CPqD 2006 - 2015

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ETTJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018.

De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

Além disso, alterada a premissa de Crescimento Salarial, tendo em vista a expectativa de aumento real dos salários informados pelas Patrocinadoras.

NOTA III.4:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	39.461	37.362	5,62
Benefícios Concedidos	36.425	34.781	4,73
Benefício Definido	36.425	34.781	4,73
Benefício a Conceder	3.036	2.581	17,63
Benefício Definido	3.036	2.581	17,63

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima, decorre principalmente da alteração das premissas de taxa de juros e crescimento salarial, conforme relatado no item anterior, bem como pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos, efeito contrário observado pela movimentação da massa.

NOTA III.5:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 1.496 (R\$ 1.480 em 2019), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 16,64%, acima do mínimo, (16,08% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	39.461	37.362
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,34	7,45
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1 \times 2.1)/100] \times -1$	(2.896)	(2.783)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,34	21,45
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1 \times 3.1)/100$	8.421	8.014
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1 \times 25\%)$	9.865	9.341
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	8.421	8.014
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	1.496	1.480
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	5.070	4.528
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	6.566	6.008
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	16,64	16,08

(i) São consideradas apenas as contas de Provisões Matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos, no encerramento do exercício do Plano PBS-CPqD, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 5.070, conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2022	1	9	10	1
NTN-B	15/08/2024	1	75	80	5
NTN-B	15/08/2026	24	1.849	2.008	159
NTN-B	15/08/2030	79	6.012	6.958	946
NTN-B	15/05/2035	54	4.035	4.934	899
NTN-B	15/08/2040	77	5.886	7.477	1.591
NTN-B	15/05/2045	28	539	673	134
NTN-B	15/08/2050	50	3.843	5.178	1.335
TOTAL	-	314	22.248	27.317	5.070

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA III.6:

CUSTEIO DO PLANO PBS-CPqD

III. 6.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os Participantes do plano PBS-CPqD:

Contribuição Normal		
Participantes	P.G.: Percentual Geral incidente sobre o Salário de Participação	0,50% a 1,50%
	1º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do Salário-de-Participação que ultrapassar 1/2 (meia) UPS* - Unidade Padrão Sistel	1,00%
	2º P.A.: Percentual aplicado sobre a parcela do Salário-de-Participação que ultrapassar 1 (uma) UPS* - Unidade Padrão Sistel	11,00%
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.	
Participantes Isentos ¹		0,00%

* Valor da Unidade Padrão Sistel em 31/12/2018: R\$ 4.490,51.

¹ Participantes Isentos são aqueles que não mantiveram relação funcional com as Patrocinadoras e optaram de Benefício Proporcional Diferido (BPD) conforme disposto na Seção II do Capítulo IX do Regulamentos.

**As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo indicadas no Custeio Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

Custeio Extraordinário Joia Participantes - Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocinados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

III. 6.2 Custeio da Patrocinadora

Descrição	Contribuição em % da folha de salário de participação
Contribuição Normal	6,5%
Contribuição Extraordinária	Não há

III. 6.3 Custeio Assistidos

Contribuição Normal - não são previstas Contribuições Normais para os Assistidos do Plano.

Contribuições vinculadas ao abono - as contribuições extraordinárias mensais vinculadas ao abono de aposentadoria são devidas pelos Aposentados que receberem o referido benefício, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global pela Entidade, limitado ao valor do abono. A taxa aplicável é de 10%.

Custeio Extraordinário - não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

NOTA III.7:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	%
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	417	767	(45,56)
Totais	417	767	(45,56)

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA III.8:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	295	-	(162)	(55)	11	89	-	1	2
Expurgos Inflacionários	97	-	(7)	(55)	5	40	-	1	2
PIS/COFINS auto de infração	198	-	(155)	-	6	49	-	Parcial *	-
Investimentos	185	-	-	-	(21)	164	-	-	-
Imposto de Renda	128	-	-	-	1	129	-	-	-
Outros	57	-	-	-	(22)	35	-	-	-
TOTAL	480	-	(162)	(55)	(10)	253	-	1	2

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2019 e 2020.

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas.

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação. Em 2018, após negociações, a Fundação Sistel entrou em acordo com a direção do SINTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP), sobre o pagamento dos expurgos inflacionários ocorridos no período de 1987 a 1991. Os pagamentos estão ocorrendo de forma parcelada pelo Plano de Benefícios, ocasionando, portanto, a redução na rubrica de expurgos inflacionários no período.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, sendo registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de investimentos.

NOTA III.9:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-CPqD, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 1.401 (R\$ 1.323 em 2019). O valor transferido do PBS-CPqD para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos da Entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 28 (R\$ 18 em 2019).



IV. PLANO PBS-SISTEL

PLANO DE BENEFÍCIOS SISTEL - SISTEL



NOTA IV.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano PBS-Sistel constituiu um Superávit técnico no montante de R\$ 9 no exercício de 2020 (R\$ 86 em 2019).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado do plano no período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	20	19	5,26
(-) Despesas	(675)	(650)	3,85
(-) Custeio Administrativo	(2)	(2)	-
(+-) Constituições/Reversões Contingências	32	(13)	(346,15)
(+-) Fluxo de Investimentos	1.024	950	7,79
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(479)	(114)	321,05
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	89	(104)	(185,58)
Resultado Anual	9	86	(90,70)
Resultado Acumulado	886	877	1,03

As receitas e as despesas mantiveram-se constantes no período. O aumento da despesa é decorrente da correção no pagamento dos benefícios.

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência e a situação econômica-atuarial do plano, em 2020, é superavitária em R\$ 886 (R\$ 877 em 2019).

Podemos ainda destacar outros fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, pela alteração mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10% saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das Provisões Matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a provisão matemática do Plano de benefícios;
- Além da taxa de juros, não houve alterações nas hipóteses atuariais do plano PBS-Sistel no exercício de 2020. A avaliação atuarial demonstrou que as demais hipóteses utilizadas em 2018 estão aderentes e continuaram sendo aplicadas em 2020;
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 é de 9,94% e superou em 3,99% a variação a meta atuarial do plano (INPC+3,90% a.a.);

- Em 2020, dada a perspectiva de queda nas taxas de juros, houve reversão do Fundo de Oscilação de Taxa de Juros formado pela diferença entre as Provisões Matemáticas considerando a taxa de juros de 3,90% a.a. e 3,80% a.a. (4,09% a.a. – 3,90% a.a. – 2019);
- O resultado do plano foi inferior ao apresentado no exercício de 2019 em virtude, principalmente, do aumento das obrigações registradas nas Provisões Matemáticas, oriundas da alteração da taxa juros.

NOTA IV.2: REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

IV.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	188	246
COMPANHIAS ABERTAS	188	246
FUNDOS DE INVESTIMENTO	10.785	10.357
RENDA FIXA	10.508	10.137
PARTICIPAÇÕES	277	220
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	54	54
EMPRÉSTIMOS	54	54
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	11.027	10.657

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- A posição em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do plano.
- A posição em crédito privado foi reduzida em função do vencimento da posição em debêntures da Companhia JSL S/A.

IV.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PBS-Sistel							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	114	115	188	199	201	246
Companhias Abertas	-	114	115	188	199	201	246
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	85	85	64
Debêntures	>365 Dias	114	115	188	114	115	182
Fundos de Investimento	-	1.447.638	7.188	10.785	1.623.962	7.630	10.357
Renda Fixa	-	1.340.139	6.976	10.508	1.516.463	7.418	10.137
Participações	-	107.499	212	277	107.499	212	220

IV.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

IV.2.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	2.238	476	6.505	9.219	11.911
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	2.238	476	6.505	9.219	11.911
Total	-	2.238	476	6.505	9.219	11.911

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907
Nota do Tesouro Nacional - Série B	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907
Total	363	1.963	2.108	5.177	9.611	11.907

IV.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	177	968	-	21	-	1.165
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	14	-	21	-	34
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	7	-	-	-	7
Letra Financeira do Tesouro - LFT	113	765	-	-	-	878
Debêntures	64	182	-	-	-	246
Total	177	968	-	21	-	1.165

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	154	931	-	-	-	1.086
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	14	-	-	-	14
Letra Financeira do Tesouro - LFT	139	729	-	-	-	868
Letra do Tesouro Nacional - LTN	16	-	-	-	-	16
Debêntures	-	188	-	-	-	188
Total	154	931	-	-	-	1.086

IV.2.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	9.611	9.219	4,25
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	9.611	9.219	4,25

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IV.2.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	1.086	1.165	(6,78)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	14	34	(58,82)
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	7	(100,00)
Letra Financeira do Tesouro - LFT	868	878	(1,14)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	16	-	100,00
Debêntures	188	246	(23,58)
Investimentos Estruturados	277	220	25,90
FIC FIP BTG INFRA II	158	99	59,17
FIP BVEP PLAZA CL A	88	89	(0,99)
FIP BVEP PLAZA CL B	31	32	(2,23)
Empréstimos e Financiamentos	54	54	-
TOTAL	1.417	1.439	(1,53)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

III.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	188	246
Companhias Abertas	188	246
Debêntures CEMIG	188	182
Debêntures JSL	-	64

NOTA IV.3 : PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Popacionais		
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female D30%	AT 2000 Female D30%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 2000 Female D30%	AT 2000 Female D30%
Tábua de Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ET TJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ET TJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018.

De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

NOTA IV.4:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Valores em mil

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	9.900	9.421	5,09
Benefícios Concedidos	9.900	9.421	5,09
Benefício Definido	9.900	9.421	5,09

O aumento das Provisões Matemáticas no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima decorre, principalmente, da alteração de taxa de juros, ou seja, a redução da taxa de juros, bem como pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos, efeito contrário observado pela movimentação da massa.

NOTA IV.5:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 886 (R\$ 877 em 2019), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 24,00%, acima do mínimo regulamentar, (23,41% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	9.900	9.421
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,08	7,17
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(701)	(675)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,08	21,17
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	2.087	1.994
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	2.475	2.355
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	2.087	1.994
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	886	877
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	1.490	1.328
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	2.376	2.205
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	24,00	23,41

(i) São consideradas apenas as contas de Provisões Matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano PBS-Sistel, resultou em um valor positivo no montante de R\$ 1.490, conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2022	10	209	213	4
NTN-B	15/08/2024	13	265	281	16
NTN-B	15/08/2026	24	496	538	42
NTN-B	15/08/2030	79	1.612	1.866	254
NTN-B	15/05/2035	54	1.082	1.323	241
NTN-B	15/08/2040	77	1.578	2.005	427
NTN-B	15/05/2045	28	144	180	36
NTN-B	15/08/2050	62	1.267	1.717	450
NTN-B	15/05/2055	2	49	69	20
TOTAL	-	349	6.702	8.192	1.490

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA IV.6:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	%
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	106	195	(45,64)
Totais	106	195	(45,64)

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA IV.7:

CUSTEIO DO PBS-SISTEL

IV. 7.1 – Custeio de Patrocinadora e Participantes

O Plano não possui Participantes Ativos, portanto, não há previsão de contribuições para o período de vigência deste Plano de Custeio.

IV. 7.2 – Custeio Assistidos

Contribuição Normal – como as Provisões Matemáticas estão completamente integralizadas, sendo o patrimônio suficiente para cobrir todos os compromissos do plano e este plano ser constituído somente por Aposentados e Pensionistas, não há previsão de Contribuições Normais no Plano de Custeio deste Plano.

Contribuições vinculadas ao abono - as contribuições extraordinárias mensais vinculadas ao abono de aposentadoria são devidas pelos Aposentados que receberem o referido benefício, mediante desconto do percentual definido, incidente sobre o benefício global, limitado ao valor do abono. O percentual aplicável é de 10%.

NOTA IV.8:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	148	-	(45)	-	13	116	-	-	-
Expurgos Inflacionários	90	-	-	-	12	102	-	-	-
PIS/COFINS auto de infração	58	-	(45)	-	1	14	-	Parcial *	-
TOTAL	148	-	(45)	-	13	116	-	-	-

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2019 e 2020.

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas.

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas e que tenham ingressado em juízo, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, sendo registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel, conforme decisão da Diretoria Executiva.

NOTA IV.9:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano PBS-Sistel, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 551 (R\$ 522 em 2019). O valor transferido do PBS-Sistel para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos da Entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 12 (R\$ 5 em 2019).

V. PLANO CPqDPrev

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO
VARIÁVEL – CPqD



NOTA V.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano CPqDPrev constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 3.137 no exercício de 2020 (R\$ 4.166 – 2019).

A movimentação no quadro abaixo, demonstra a formação do resultado do plano no período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	5.592	6.382	(12,38)
(-) Despesas	(35.508)	(33.808)	5,03
(-) Custeio Administrativo	(302)	(324)	(6,79)
(+-) Constituições/Reversões Contingências	2.007	863	132,56
(+-) Fluxo de Investimentos	68.853	65.514	5,10
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(40.142)	(27.249)	47,32
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	2.637	(7.212)	(136,56)
Resultado Anual	3.137	4.166	(24,70)
Resultado Acumulado	71.195	68.058	4,61

A redução nas receitas previdenciais do plano deve-se, principalmente, à saída de Participantes ativos, sendo que, das 27 saídas no período, 9 entraram em benefício, o que justifica o aumento nas despesas previdenciais.

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 é de 9,59% e superou em 0,37% a variação da meta atuarial do plano (INPC+3,90% a.a.);
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, da alteração mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10% saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das Provisões Matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a provisão matemática do Plano de benefícios;
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- A reavaliação atuarial demonstrou que as demais hipóteses estão aderentes e adequadas para serem utilizadas em 2020;
- Em 2020, dada a perspectiva de queda nas taxas de juros, houve reversão do Fundo de Oscilação de Taxa de Juros formado pela diferença entre as Provisões Matemáticas considerando a taxa de juros de 3,90% a.a. e 3,80% a.a. (4,09% a.a. – 3,90% a.a. – 2019);
- Diante disso, o resultado superavitário do plano no exercício é inferior ao do exercício anterior, principalmente, devido ao aumento das obrigações atuariais do plano.

NOTA V.2:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

V.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	37.395	38.947
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	26.408	24.521
COMPANHIAS ABERTAS	10.987	14.426
FUNDOS DE INVESTIMENTO	733.397	693.052
RENDA FIXA	677.202	641.442
MULTIMERCADO	39.486	38.361
PARTICIPAÇÕES	16.709	13.249
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	4.868	4.593
EMPRÉSTIMOS	4.868	4.593
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	775.660	736.592

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. A posição em crédito privado foi reduzida em função do vencimento da posição detida em debêntures da Companhia JSL S/A. Não houve novas aplicações;
- II. O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do plano;
- III. A elevação dos fundos de participações decorreu da valorização dos ativos no período, não houve novos aportes de recursos.

V.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

CPqDPREV							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	6.684	16.731	37.395	11.681	21.754	38.947
Companhias Abertas	-	6.664	6.731	10.987	11.661	11.754	14.426
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	4.997	5.023	3.779
Debêntures	>365 Dias	6.664	6.731	10.987	6.664	6.731	10.647
Instituições Financeiras	-	20	10.000	26.408	20	10.000	24.521
Letras Financeiras	>365 Dias	20	10.000	26.408	20	10.000	24.521
Fundos de Investimento	-	95.115.214	489.783	733.397	101.026.579	491.484	693.052
Renda Fixa	-	86.342.757	449.526	677.202	92.254.123	451.223	641.442
Estruturado	-	-	-	-	-	-	-
Participações	-	6.536.344	12.694	16.709	6.536.344	12.694	13.250

V.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

V.2.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	144.224	30.673	419.209	594.106	767.625
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	144.224	30.673	419.209	594.106	767.625
Total	-	144.224	30.673	419.209	594.106	767.625

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476
Nota do Tesouro Nacional - Série B	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476
Total	23.380	126.553	135.863	333.693	619.489	780.476

V.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	11.028	107.491	-	1.589	-	120.108
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	3.135	-	1.589	-	4.724
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	775	-	-	-	775
Letra Financeira do Tesouro - LFT	7.248	68.413	-	-	-	75.661
Debêntures	3.779	10.647	-	-	-	14.426
Letras Financeiras Privadas	-	24.521	-	-	-	24.521
Total	11.028	107.491	-	1.589	-	120.108

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	35.714	95.777	-	129	-	131.620
Nota do Tesouro Nacional - Série B	195	6.593	-	129	-	6.917
Letra Financeira do Tesouro - LFT	33.714	49.984	-	-	-	83.698
Letra do Tesouro Nacional - LTN	1.806	1.805	-	-	-	3.610
Debêntures	-	10.987	-	-	-	10.987
Letras Financeiras Privadas	-	26.408	-	-	-	26.408
Total	35.714	95.777	-	129	-	131.620

V.2.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	619.489	594.106	4,27
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	619.489	594.106	4,27

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

V.2.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	131.620	120.108	9,58
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	6.917	4.724	46,42
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	776	(100,00)
Letra Financeira - LF	26.408	24.521	7,70
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.610	-	100,00
Letra Financeira do Tesouro - LFT	83.698	75.661	10,62
Debêntures	10.987	14.426	(23,84)
Investimentos Estruturados	16.709	13.249	26,11
FIC FIP BTG INFRA II	9.582	6.042	58,58
FIP BVEP PLAZA CL A	5.243	5.302	(1,10)
FIP BVEP PLAZA CL B	1.883	1.905	(1,13)
Empréstimos e Financiamentos	4.868	4.593	5,99
TOTAL	153.197	137.950	11,05

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

V.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	37.395	38.947
Companhias Abertas	10.987	14.426
Debêntures CEMIG	10.987	10.647
Debêntures JSL	-	3.779
Letras Financeiras	26.408	24.521

V.2.6 - Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos concedidos aos Assistidos do plano CPqDPrev pela Fundação Sistel foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. O plano não conta com provisão para perdas no exercício de 2020 (R\$ 44 em 2019).

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 31/12/2020	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	4.530	237	4.767	
Valor a Receber	107	(6)	101	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(44)	44	-	
Faixa Provisionamento 25%	(2)	2	-	
Faixa Provisionamento 50%	-	-	-	
Faixa Provisionamento 75%	-	-	-	
Faixa Provisionamento 100%	(42)	42	-	
Saldo da Carteira	4.593	275	4.868	INPC + 5% a.a.

NOTA V.3 : PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano. Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo. O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Populacionais		
Rotatividade	Exp. Sistel CPqD 2006-2015	Exp. Sistel CPqD 2006-2015
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. CPqD 2006 - 2015	EXP. CPqD 2006 - 2015

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ETTJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018. De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

Além disso, alterada a premissa de Crescimento Salarial, tendo em vista a expectativa de aumento real dos salários informados pelas Patrocinadoras.

NOTA V.4:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor. Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	676.435	636.294	6,31
Benefícios Concedidos	511.862	474.767	7,81
Contribuição Definida	2.266	2.122	6,88
Benefício Definido	509.596	472.645	7,82
Benefício a Conceder	164.573	161.526	1,89
Contribuição Definida	157.440	152.472	3,26
Benefício Definido	7.133	9.054	[21,22]

O aumento das Provisões Matemáticas em Benefício Definido no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima, decorre principalmente da alteração das premissas de taxa de juros e de crescimento salarial, conforme informado acima, bem como pelo reajuste de benefícios, resultando no aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos. Além disso, a diminuição das Provisões Matemáticas a Conceder se deve às concessões e resgates de Participantes nesse período.

NOTA V.5:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FÉDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 71.195 (R\$ 68.058 em 2019), o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 26,01%, acima do mínimo regulamentar, (28,80% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	516.729	422.951
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,12	7,22
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(36.791)	(30.537)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,12	21,22
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	109.133	89.750
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	129.182	105.738
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	109.133	89.750
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	71.195	68.058
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	63.194	53.756
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	134.389	121.814
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	26,01	28,80

(i) São consideradas apenas as contas de Provisões Matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano CPqDPrev resultou em um valor positivo no montante de R\$ 63.194, conforme demonstrativo a seguir:

Vencimento	Quantidade(*)	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
15/08/2022	1	8.428	8.664	236
15/08/2030	79	103.906	120.267	16.361
15/05/2035	20	27.129	32.967	5.838
15/08/2040	78	101.723	129.223	27.500
15/05/2045	28	22.799	28.744	5.945
15/08/2050	12	15.261	21.228	5.967
15/05/2055	3	3.145	4.492	1.347
-	221	282.391	345.585	63.194

(*) as quantidades informadas estão em milhares.

NOTA V.6:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	%
Fundo de Cobertura Especial	16.964	15.142	12,03
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	5.568	10.026	-44,46
Totais	22.532	25.168	- 10,47

Fundo de Cobertura Especial (FCE) – constituído com parcela do saldo das contas identificadas patronais, que não forem destinadas ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo, que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pela Portabilidade ou pelo Resgate de suas contribuições.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA V.7:

CUSTEIO DO PLANO CPqDPREV

V.7.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os Participantes do plano CPqDPREV:

Custeio Normal	Taxa Aplicável
Participantes	Contribuição Básica - Percentual livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, variando 1% a 8% do Salário-de-Participação;
	Contribuição Voluntária - Valor livremente escolhido pelos Participantes Vinculados, limitados a 22% do Salário-de-Participação, desde que o percentual da Contribuição Básica seja de 8%;
	Contribuição Esporádica - Valor livremente escolhido pelos Participantes, e não poderá ser inferior a 10% do teto do Salário-de-Participação;
	Contribuição de Risco - 0,13% (incidente sobre o Salário-de-Participação dos Participantes Não Migrantes);
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adiciona daquela em nome da Patrocinadora;
Participantes BPD	0,62%

As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

Custeio Extraordinário Joia Participantes - Contribuições Extraordinárias de Joia são devidas exclusivamente pelos Participantes e Participantes Autopatrocinados, pelo prazo previsto quando de sua instituição, equivalentes à aplicação do fator corretivo individual sobre a Contribuição Normal, determinado atuarialmente, em conformidade com Regulamento e Nota Técnica Atuarial específica.

V.7.2 Custeio da Patrocinadora

Custeio Patronal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as Patrocinadoras do plano CPqDPrev:

Custeio Normal	Taxa Aplicável
Patrocinadora	Contribuição Básica - de valor equivalente à contribuição básica dos Participantes vinculados;
	Contribuição Específica - destinada a assegurar a observância do limite mínimo fixado na legislação para o valor do benefício;
	Contribuição Variável (Eventual) - definida pela Patrocinadora, obedecendo a critérios uniformes e não discriminatórios para os Participantes vinculados;
	Contribuição de Risco - 0,13% (incidente sobre a folha de salário participação dos Participantes não migrantes vinculados.

Custeio Extraordinário não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

V.7.3 Custeio Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

NOTA V.8:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	3.711	-	(1.766)	(457)	195	1.683	-	2	2
Expurgos Inflacionários	1.518	-	(50)	(457)	141	1.152	-	1	2
PIS/COFINS auto de infração	2.171	-	(1.694)	-	55	531	-	Parcial *	-
Demandas Judiciais	22	-	(22)	-	-	-	-	1	-
Investimentos	714	-	-	-	5	720	-	-	-
Imposto de Renda	707	-	-	-	6	713	-	-	-
Outros	7	-	-	-	-	7	-	-	-
TOTAL	4.425	-	(1.766)	(457)	200	2.403	-	2	2

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2019 e 2020.

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas:

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente à diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação. Em 2018, após negociações, a Fundação Sistel entrou em acordo com a direção do SINTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia – SP), sobre o pagamento dos expurgos inflacionários ocorridos no período de 1987 a 1991. Os pagamentos estão ocorrendo de forma parcelada pelo Plano de Benefícios, ocasionando, portanto, a redução na rubrica de expurgos inflacionários no período.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, sendo registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

Previdenciário - Demandas Judiciais - Trata-se de demanda movida pela União em face de dois Assistidos da Fundação Sistel. Apesar de não ser parte na demanda, a Fundação Sistel foi intimada para apresentar documentos. Ante a intempestividade no envio das informações, a Fundação Sistel foi condenada ao pagamento de multa. Pedido de reconsideração apresentado pela Fundação Sistel, mas não acatado. Diante do esgotamento das medidas cabíveis, houve o pagamento integral da multa, com isso, a provisão foi devidamente baixada em fevereiro/2020.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de investimentos.

NOTA V.9:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano CPqDPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 53.508 (R\$ 49.764 em 2019). O valor transferido do CPqDPrev para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos no exercício de 2020 foi de R\$ 390 (R\$ 346 em 2019).

VI. PLANO TELEBRASPREV

PLANO DE PREVIDÊNCIA
PRIVADA TELEBRASPREV



NOTA VI.1:

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O plano TelebrasPrev constituiu um superávit técnico no montante de R\$ 1.482 no exercício de 2020 (R\$ 10.951 – 2019).

A movimentação no quadro abaixo demonstra a formação do resultado no período:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	4.944	5.230	(5,49)
(-) Despesas	(24.660)	(20.976)	17,56
(-) Custeio Administrativo	-	(56)	(100,00)
(+-) Constituições/Reversões Contingências	3.890	(3.325)	(216,99)
(+-) Fluxo de Investimentos	76.847	77.838	(1,27)
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(26.843)	(15.275)	75,73
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(32.696)	(32.485)	0,65
Resultado Anual	1.482	10.951	(86,47)
Resultado Acumulado	71.687	108.698	(34,05)

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado positivo no período:

- A variação das receitas deve-se, principalmente, à saída de 30 ativos no período, sendo que 25 deram entrada em aposentadoria;
- O aumento das despesas é decorrente da entrada da concessão de 25 benefícios no período e da correção dos benefícios;
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 é de 8,62% e ficou abaixo da meta atuarial de 9,56%, face à alocação relevante em títulos atrelados à Selic, destinados ao fluxo de caixa do Plano de Benefícios;
- A redução no custeio administrativo deve-se pela cessação da cobrança da taxa de carregamento que ocorreu a partir de maio/2019;
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- No ano de 2020, o montante constituído de provisão matemática foi superior ao exercício anterior. Este fato decorre, principalmente, da alteração mais acentuada na taxa de juros. Em 2019 houve a redução em 0,10%, saindo de 4,19% para 4,09%. Já em 2020 a queda foi de 0,19%, passando de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. Lembrando que a taxa de juros para cálculo das Provisões Matemáticas trata-se de uma taxa de desconto, portanto, quanto menor a taxa de juros, maior será a obrigação com Participantes e Assistidos, ou seja, maior será a provisão matemática do Plano de benefícios;
- O resultado do plano foi inferior ao período do exercício anterior, principalmente, pelo aumento da provisão matemática no período, decorrente da redução da taxa de juros do plano.

NOTA VI.2:

DESTINAÇÃO DE RESULTADO DO PLANO

A situação econômica-atuarial do plano, em 2020, é superavitária em R\$ 71.687 (R\$ 108.698 em 2019).

Em 2020, de acordo com o Artigo 20, da Lei Complementar nº 109/2001 e a Resolução CNPC nº 30/2018, depois de satisfeitas todas as exigências, foi feita a destinação do superávit, referente ao exercício de 2017, para o Fundo Previdencial no montante de R\$ 38.494, conforme quadro abaixo:

Descrição	Ativo Líquido Antes da Destinação	Destinação Superávit 2017	Ativo Líquido Após Destinação
Provisões Matemáticas	389.396	416.239	6,89
Superávit Técnico	255.368	289.176	13,24
Reserva de Contingência	255.368	289.176	13,24
Reserva Especial para Revisão do Plano	134.028	127.063	(5,20)
Fundos Previdenciais	79.277	76.332	(3,71)

O resultado do exercício de 2017 foi de R\$ 67.737, entretanto fica limitado ao saldo da conta de “Reserva Especial para Revisão do Plano” por ser inferior ao do exercício de 2017. O processo será enviado para a PREVIC solicitando a distribuição deste recurso aos Participantes, Assistidos e Patrocinadores.

NOTA VI. 3:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VI.3.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	43.585	45.027
Instituições Financeiras	31.690	29.426
Companhias Abertas	11.895	15.601
Fundos de Investimentos	922.354	863.374
Renda Fixa	783.999	732.229
Multimercado	121.006	117.561
Participações	17.349	13.584
Empréstimos e Financiamentos	3.179	3.565
Empréstimos	3.179	3.565
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	969.118	911.966

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. A posição em crédito privado foi reduzida em função do vencimento da posição detida em debêntures da Companhia JSL S/A. Não houve novas aplicações;
- II. O aumento da posição em fundos de investimentos multimercados decorreu da valorização das cotas ao longo do exercício;
- III. A elevação dos fundos de participações decorreu da valorização dos ativos no período, não houve novos aportes de recursos;

VI.3.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

TelebrasPrev							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	7.239	19.287	43.585	12.626	24.702	45.027
Companhias Abertas	-	7.215	7.287	11.895	12.602	12.702	15.601
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	5.387	5.415	4.074
Debêntures	>365 Dias	7.215	7.287	11.895	7.215	7.287	11.527
Instituições Financeiras	-	24	12.000	31.690	24	12.000	29.426
Letras Financeiras	>365 Dias	24	12.000	31.690	24	12.000	29.426
Fundos de Investimento	-	127.126.668	637.821	922.354	128.385.892	613.282	863.374
Renda Fixa	-	113.177.006	540.344	783.999	114.436.229	515.793	732.229
Estruturado	-	-	-	-	-	-	-
Participações	-	7.095.046	13.010	17.349	7.095.046	13.010	13.584

VI.3.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VI.3.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	153.388	32.622	445.845	631.855	816.399
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	153.388	32.622	445.845	631.855	816.399
Total	-	153.388	32.622	445.845	631.855	816.399

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298
Nota do Tesouro Nacional - Série B	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298
Total	24.873	134.631	144.536	354.995	659.034	830.298

VI.3.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	20.800	224.265	-	3.868	-	248.933
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	8.888	-	3.868	-	12.756
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.957	-	-	-	1.957
Letra Financeira do Tesouro - LFT	16.726	172.468	-	-	-	189.194
Debêntures	4.074	11.527	-	-	-	15.601
Letras Financeiras Privadas	-	29.426	-	-	-	29.426
Total	20.800	224.265	-	3.868	-	248.933

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	100.503	179.453	-	396	-	280.352
Nota do Tesouro Nacional - Série B	597	19.395	-	396	-	20.388
Letra Financeira do Tesouro - LFT	95.295	110.941	-	-	-	206.236
Letra do Tesouro Nacional - LTN	4.611	5.532	-	-	-	10.143
Debêntures	-	11.895	-	-	-	11.895
Letras Financeiras Privadas	-	31.690	-	-	-	31.690
Total	100.503	179.453	-	396	-	280.352

VI.3.4 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	659.034	631.855	4,30
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	659.034	631.855	4,30

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VI.3.5 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que pode não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	280.352	248.933	12,62
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	20.388	12.756	59,83
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	1.956	(100,00)
Letra Financeira - LF	31.690	29.426	7,69
Letra do Tesouro Nacional - LTN	10.143	-	100,00
Letra Financeira do Tesouro - LFT	206.236	189.194	9,01
Debêntures	11.895	15.601	(23,75)
Investimentos Estruturados	17.349	13.584	27,72
FIC FIP BTG INFRA II	10.402	6.559	58,59
FIP BVEP PLAZA CL A	5.112	5.169	(1,11)
FIP BVEP PLAZA CL B	1.836	1.856	(1,08)
Empréstimos e Financiamentos	3.179	3.565	(10,83)
TOTAL	300.880	266.082	13,08

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VI.3.6 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	43.585	29.426
Companhias Abertas	11.895	15.601
Debêntures CEMIG	11.895	11.527
Debêntures JSL	-	4.074
Letras Financeiras	31.690	29.426

NOTA VI.4: PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-

09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Populacionais		
Rotatividade	4,41% a.a.	4,41% a.a.
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	EXP. Telebras 2006 - 2015	EXP. Telebras 2006 - 2015

Destaca-se a alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,90% a.a. resultante da aplicação da Estrutura a Termo de Taxa de juros (ETTJ), conforme publicado na Portaria nº 292/2020, que divulga a ETTJ média para o exercício de 2020, conforme Instrução PREVIC nº10/2018.

De maneira geral, houve uma redução nas taxas parâmetro em relação ao ano anterior, ocasionada pela queda do juro real dos títulos públicos federais.

NOTA VI.5: PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	416.239	389.396	6,89
Benefícios Concedidos	289.176	255.368	13,24
Benefício Definido	289.176	255.368	13,24
Benefício a Conceder	127.063	134.028	(5,20)
Contribuição Definida	76.332	79.277	(3,72)
Benefício Definido	50.731	54.751	(7,34)

O aumento das Provisões Matemáticas em Benefício Definido Concedido no exercício de 2020, conforme verificado no quadro acima, decorre principalmente da alteração de taxa de juros e resultou em aumento das obrigações atuariais do plano com seus Assistidos, bem como às novas concessões que saíram do a conceder para o concedido.

NOTA VI.6:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

a) Ajuste de Precificação

Conforme observado no demonstrativo, o plano encerrou o exercício de 2020 com equilíbrio técnico positivo no montante de R\$ 71.687 (R\$ 108.698 em 2019) o que resultou em um índice de solvência após ajuste de precificação de 34,25%, maior que o mínimo regulamentar (47,99% em 2019).

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
A) Cálculo dos Limites		
1) Saldo das Provisões Matemáticas (P.M)	339.908	310.119
2) Cálculo do Limite de Déficit Técnico Acumulado		
2.1) Duração do Passivo do Plano deduzido de 4 pontos (zona de equilíbrio de déficit técnico)	7,09	7,12
2.2) Limite do Déficit Técnico Acumulado que deve permanecer $[(1*2.1)/100]*-1$	(24.099)	(22.080)
3) Cálculo do Limite de Superávit Técnico Acumulado		
3.1) Duração do Passivo do Plano Acrescido de 10 pontos (zona de equilíbrio do superávit técnico)	21,09	21,12
3.2) Limite do Superávit Técnico Acumulado calculado pelo Fator $(1*3.1)/100$	71.687	65.497
3.3) Limite de Superávit Técnico Acumulado calculado em 25% das P.M $(1*25\%)$	84.977	77.530
3.4) Limite da Reserva de Contingência (menor valores entre o item 3.2 e 3.3)	71.687	65.497
B) Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado		
4) Equilíbrio Técnico Contábil (Conta 2.3.1.2)	71.687	108.698
5) Ajuste de Precificação Positivo/Negativo	44.745	40.126
6) = (4) + (5) Equilíbrio Técnico Ajustado	116.432	148.824
7) = (6) / (1) x 100 = Índice de Solvência	34,25	47,99

(i) São consideradas apenas as contas de Provisões Matemáticas de Benefício Definido para cálculo do limite da reserva de contingência.

O ajuste de precificação dos títulos públicos no encerramento do exercício do Plano TelebrasPrev resultou em um valor positivo no montante de R\$ 44.745, conforme demonstrativo a seguir:

Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor Contábil	Valor Ajustado	Ajuste de Precificação
NTN-B	15/08/2022	1	1.893	1.954	61
NTN-B	15/08/2024	13	18.084	19.243	1.159
NTN-B	15/08/2026	14	19.835	21.533	1.698
NTN-B	15/08/2030	9	13.006	15.281	2.275
NTN-B	15/05/2035	54	74.191	90.714	16.523
NTN-B	15/08/2040	11	15.126	19.732	4.606
NTN-B	15/05/2045	28	39.958	50.600	10.642
NTN-B	15/08/2050	12	16.236	22.584	6.348
NTN-B	15/05/2055	3	3.346	4.779	1.433
TOTAL	-	145	201.675	246.420	44.745

(*) A quantidade informada está em milhares.

NOTA VI.7: FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial dos planos de benefícios e distribuição de resultados do Plano de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	%
Fundo de Desvios Espectrais do Plano	67.415	61.632	9,38
Fundo de Reversão de Valores 2012	191.321	174.909	9,38
Fundo de Reversão de Valores 2014	21.929	20.048	9,38
Fundo de Reversão de Valores 2015	18.728	17.122	9,38
Fundo de Reversão de Valores 2016	33.976	31.061	9,38
Fundo de Reversão de Valores 2017	38.494	-	100,00
Fundo de Oscilação - Cobertura Especial	71.411	64.993	9,87
Fundo de Oscilação - Cobertura Benef. Riscos	5.054	4.620	9,38
Fundo de Oscilação da Taxa de Juros	3.669	6.422	-42,87
Totais	451.996	380.807	18,69%

VI.7.1 Fundo para Revisão de Plano

São destinados e constituídos especificamente para o atendimento à distribuição de superávit em conformidade com a Resolução nº 30, de 10 de outubro de 2018. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Fundos de Reversão de Valores às Patrocinadoras e Assistidos 2012, 2014, 2015, 2016 e 2017 – constituídos para distribuição de superávit, decorrente da Reserva Especial para Revisão de Plano, obedecendo à proporção contributiva, consoante com a decisão do Conselho Deliberativo da Entidade.

VI.7.2 Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial

Fundo Previdencial para Cobertura de Desvios Espectrais do Plano – tem por finalidade garantir as oscilações de riscos das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, em decorrência de variações conjugadas dos parâmetros utilizados para o cálculo das provisões, executando-se as variações em decorrência de juros técnicos e da tábua biométrica, que serão definidas em fundos específicos, quando for o caso.

Fundo de Oscilação – Cobertura Benef. Riscos - será criado por ocasião da Avaliação Atuarial anual, e tem por finalidade fornecer cobertura adicional para as oscilações entre a taxa de juros de desconto e a taxa de inflação adotada nas avaliações atuariais e o efetivo índice de reajuste de benefícios aplicados.

Fundo de Oscilação - Cobertura Especial (FCE) – constituído com parcela do saldo das contas identificadas patronais, que não forem destinadas ao pagamento de benefícios em decorrência do Término do Vínculo Empregatício do Participante Ativo, que não tenha atingido as condições de elegibilidade a qualquer benefício do Plano e que tenha optado pela Portabilidade ou pelo Resgate de suas contribuições.

Fundo de Oscilação de Taxa de Juros - tem por finalidade cobrir o impacto decorrente de futura alteração da Taxa de Juros do Plano, tendo em vista a sua expectativa de redução nos próximos exercícios.

NOTA VI.8: CUSTEIO DO TELEBRASPREV

VI.8.1 Custeio dos Participantes

Custeio Normal – O quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para os Participantes do plano TelebrasPrev:

Custeio Normal dos Participantes	Taxa aplicada
Participantes	Contribuição Ordinária Obrigatória - 2% do salário de participação + 3% sobre o excesso do salário de participação em relação à parcela Previdenciária
	Contribuição Adicional (Facultativa) - Múltiplos de 0,5% do salário de participação (prazo não inferior a 12 meses)
	Contribuição Eventual (facultativa) não poderá ser inferior a 5% do teto do salário de participação
Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes adicionada daquela em nome da Patrocinadora
Participantes em BPD	Não efetua contribuição Normal

As Contribuições Normais indicadas no Plano de Custeio já se encontram embutidas das respectivas Taxas de Carregamento Administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo Fundo Administrativo atual do Plano.

Custeio Extraordinário Participantes - Não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VI.8.2 Custeio da Patrocinadora

Custeio Patronal – o quadro abaixo melhor representa a forma de custeio para as Patrocinadoras do plano TelebrasPrev:

Custeio Normal	Taxa Aplicável
Patrocinadora	Contribuição Ordinária - Equivalente à contribuição ordinária do Participante vinculado e adicional do Participante vinculado, até o limite de 8% do salário de participação.

Custeio Extraordinário não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VI.8.3 Custeio Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

NOTA VI.9: EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Saldo 31/12/2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	30.862	-	[6.836]	-	2.322	26.348	-	3	-
Expurgos Inflacionários	1.060	-	[732]	-	65	393	-	2	-
PIS/COFINS auto de infração	7.827	-	[6.104]	-	194	1.917	-	Parcial *	-
Demandas Judiciais	21.975	-	-	-	2.063	24.038	-	1	-
Investimentos	86	-	-	-	2	88	-	-	-
Imposto de Renda	86	-	-	-	2	88	-	-	-
TOTAL	30.948	-	[6.836]	-	2.324	26.436	-	2	-

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível no exercício de 2019 e 2020.

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas:

Expurgos Inflacionários - trata-se de ações propostas por Participantes requerendo diferenças decorrentes da utilização de índices de inflação ditos “expurgados”, quando do cálculo da atualização monetária de suas reservas de poupança. A provisão contingencial foi constituída para os casos dos ex-participantes que resgataram reservas, e que tenham ingressado em juízo, referente a diferença entre o valor pleiteado e o valor resgatado destas ações, considerando a avaliação de risco da administração da Fundação.

PIS/COFINS – Auto de Infração - trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, sendo registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

Previdenciário - Demandas Judiciais - Trata-se de demanda movida pela União em face de dois Assistidos da Fundação Sistel. Apesar de não ser parte na demanda, a Fundação Sistel foi intimada para apresentar documentos. Ante a intempestividade no envio das informações, a Fundação Sistel foi condenada ao pagamento de multa. Pedido de reconsideração apresentado pela Fundação Sistel, mas não acatado. Diante do esgotamento das medidas cabíveis, houve o pagamento integral da multa, com isso, a provisão foi devidamente baixada em fevereiro/2020.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de investimentos.

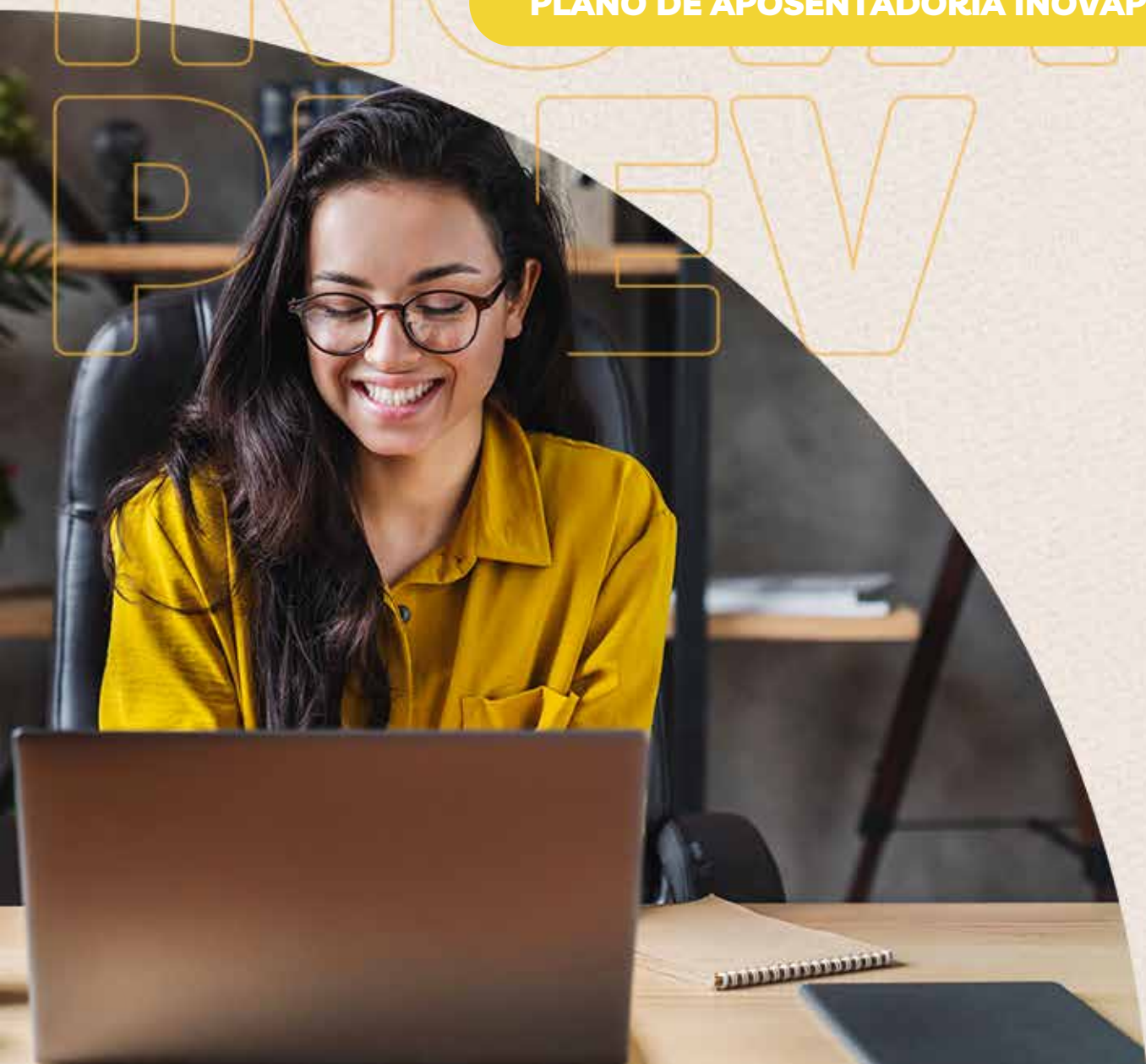
NOTA VI.10:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano TelebrasPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 64.764 (R\$ 60.253 em 2019). O valor transferido do TelebrasPrev para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos da Entidade no exercício de 2020 foi de R\$ 475 (R\$ 423 em 2019).

VII. PLANO INOVAPREV

PLANO DE APOSENTADORIA INOVAPREV



NOTA VII.1:

PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DO PLANO NO EXERCÍCIO

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para evolução do plano no exercício:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	12.379	11.967	3,44
(-) Despesas	(8.830)	(10.922)	(19,15)
(-) Custeio Administrativo	(612)	(588)	4,08
(+-) Constituições/Reversões Contingências	573	33	1.636,36
(+-) Fluxo de Investimentos	7.450	12.794	(41,77)
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(9.961)	(11.639)	(14,42)
(+-) Constituição/Reversão de Fundos	(999)	(1.645)	(39,27)
Resultado Anual	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-

A rentabilidade auferida no período foi suficiente para cobrir todas as reduções patrimoniais e o resultado foi individualizado no saldo de contas dos Participantes e Assistidos. Destacamos os principais fatores ocorridos no plano em 2020:

- Por ser um plano de Contribuição Definida (CD puro), o plano não apresenta resultado. O aumento nas receitas é decorrente, principalmente, da movimentação líquida (entradas menos saídas) de 13 pessoas no Plano de Benefícios;
- A redução nas despesas previdenciais é motivada, principalmente, pelo pagamento de institutos (resgates e portabilidades) no montante de R\$ 2.040 no exercício de 2020 em relação a 2019;
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 de 4,03% superou a variação da meta de rentabilidade de 3,87% (140% do CDI), apesar da volatilidade nos preços dos ativos ocasionada pelo elevado grau de incerteza no crescimento da economia, tendo em vista o evento pandêmico conhecido como COVID-19;
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020 da provisão de PIS/COFINS realizada em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente;
- O fundo de cobertura de riscos possui um valor provisionado suficiente para fazer frente aos compromissos referentes a estes benefícios de riscos. Desta forma, não se faz necessária a instituição de plano de custeio para os supracitados benefícios.

NOTA VII.2:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VII.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	9.472	9.899
Instituições Financeiras	6.602	6.130
Companhias Abertas	2.870	3.769
Ações	-	11.237
Companhias Abertas	-	11.237
Fundos de Investimentos	179.310	170.504
Renda Fixa	9.451	21.865
Multimercado	165.484	145.170
Participações	4.375	3.469
Empréstimos e Financiamentos	7.020	6.925
Empréstimos	7.020	6.924
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	195.802	198.564

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. A posição em crédito privado foi reduzida em função do vencimento da posição em debêntures da Companhia JSL S/A. Não houve novas aplicações;
- II. O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período, líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do plano;
- III. A elevação dos fundos de participações decorreu da valorização dos ativos no período, não houve novos aportes de recursos.

VII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

InovaPrev							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Créditos Privados e Depósitos	-	1.746	3.958	9.472	3.052	5.288	9.900
Companhias Abertas	-	1.741	1.588	2.870	3.047	2.918	3.769
Debêntures	<365 Dias	-	-	-	1.306	1.330	988
Debêntures	>365 Dias	1.741	1.588	2.870	1.741	1.588	2.781
Instituições Financeiras	-	5	2.370	6.602	5	2.370	6.130
Letras Financeiras	>365 Dias	5	2.370	6.602	5	2.370	6.130
Ações	-	-	-	-	100.000	11.237	11.123
Companhias Abertas	-	-	-	-	100.000	11.237	11.123
Fundos de Investimento	-	12.099.882	136.664	179.310	18.995.118	130.096	170.504
Renda Fixa	-	3.170.130	9.236	9.451	8.822.021	22.343	21.865
Multimercado	-	7.218.488	123.994	165.484	8.461.833	104.318	145.170
Participações	-	1.711.264	3.435	4.375	1.711.264	3.435	3.469

VII.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VII.2.3.1 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	9.085	147.975	-	2.482	-	159.542
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	9.493	-	2.482	-	11.975
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.668	-	-	-	1.668
Letra Financeira do Tesouro - LFT	8.097	127.901	-	-	-	135.998
Debêntures	988	2.781	-	-	-	3.769
Letras Financeiras Privadas	-	6.130	-	-	-	6.130
Investimentos em Renda Variável	11.123	-	-	-	-	11.123
Ibovespa Ishares - BOVA11	11.123	-	-	-	-	11.123
Total	20.208	147.975	-	2.482	-	170.665

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	80.731	61.638	-	394	-	142.763
Nota do Tesouro Nacional - Série B	594	19.440	-	394	-	20.428
Letra Financeira do Tesouro - LFT	77.005	27.223	-	-	-	104.228
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.132	5.503	-	-	-	8.634
Debêntures	-	2.870	-	-	-	2.870
Letras Financeiras Privadas	-	6.602	-	-	-	6.602
Total	80.731	61.638	-	394	-	142.763

VII.2.3.2 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	142.763	159.541	(10,52)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	20.428	11.975	70,59
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	1.668	(100,00)
Letra Financeira - LF	6.602	6.130	7,70
Letra Financeira do Tesouro - LFT	104.228	135.999	(23,36)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	8.635	-	100,00
Debêntures	2.870	3.769	(23,85)
Investimentos Estruturados	4.375	3.470	26,09
FIC FIP BTG INFRA II	2.509	1.582	58,57
FIP BVEP PLAZA CL A	1.373	1.389	(1,13)
FIP BVEP PLAZA CL B	493	499	(1,14)
Empréstimos e Financiamentos	7.020	6.924	1,39
TOTAL	154.158	169.935	(9,28)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VII.2.4 Análise de Sensibilidade dos Títulos disponíveis para Negociação

A análise de sensibilidade realizada abaixo tem por objetivo avaliar o efeito causado na carteira do plano pela exposição ao risco dos títulos indexados à SELIC e ao IPCA:

InovaPrev	Exposição	Expectativa de variação do indexador em 2021		Impacto no Resultado				
				-3,50%	-1,50%	1,00%	1,50%	3,50%
LFT	104.228	SELIC	2,66%	(97)	(42)	28	42	97
LF	6.602	IPCA	3,60%	(8)	(4)	-	4	8
NTN-B	20.428	IPCA	3,60%	(26)	(11)	-	11	26
Total	131.258	-	-	(131)	(56)	28	56	131

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

O quadro apresenta a expectativa de que a SELIC acumulada em 2021 seja de 2,66% e o IPCA, de 3,60%. Para se chegar neste número foi utilizada a expectativa de mercado e outras premissas adotadas pela MCM Consultores. Analisamos os possíveis impactos no resultado do plano decorrentes da variação dos índices em 5 cenários compreendidos no intervalo de -3,50% a 3,50%.

VII.2.5 Títulos Privados

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Créditos Privados e Depósitos	6.472	9.899
Companhias Abertas	2.870	3.769
Debêntures CEMIG	2.870	2.781
Debêntures JSL	-	988
Letras Financeiras	6.602	6.130

VII.2.6 Operações com Participantes

As provisões para perdas relativas à inadimplência de operações de empréstimos, concedidos aos Participantes e Assistidos do plano InovaPrev pela Fundação Sistel, foram constituídas conforme critérios estabelecidos pela Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da provisão para perdas é de R\$ 7 (R\$ 212 em 2019).

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 31/12/2020	Taxa de Juros Carteira
Valor Atualizado	6.926	(110)	6.816	
Valor a Receber	210	1	211	
(-) Provisão Devedores Duvidosos	(212)	205	(7)	
Faixa Provisionamento 25%	(1)	(6)	(7)	
Faixa Provisionamento 50%	-	-	-	
Faixa Provisionamento 75%	-	-	-	
Faixa Provisionamento 100%	(211)	211	-	
Saldo da Carteira	6.924	96	7.020	INPC + 5% a.a.

NOTA VII.3: PREMISSAS ATUARIAIS

A Avaliação Atuarial tem como objetivo principal estimar, na data base de cálculo, os compromissos do Plano de Benefício para com seus Participantes e Assistidos e o seu custeio a longo prazo, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos Participantes quanto aos Assistidos. Com esse objetivo, são realizadas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista a experiência com relação à expectativa futura do plano.

Em atendimento ao disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, a Fundação Sistel promoveu o estudo das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais para cada um dos planos de benefícios por ela administrados, juntamente com a empresa Mercer Brasil, CNPJ nº 55.492.391/0001-09, no intuito de atestar se as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, bem como os demais itens referentes ao custeio proposto para o Plano de Benefícios, inclusive a adoção de taxa de juros, estão adequadas às características da sua massa de Participantes e Assistidos, e ao regulamento do plano, de forma a evitar ganhos e perdas atuariais cumulativas ao longo do tempo.

O quadro abaixo demonstra as premissas atuariais utilizadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente àquelas usadas no ano anterior:

Hipóteses Atuariais	31/12/2020	31/12/2019
Bases Populacionais		
Rotatividade	EXP. CPqD 2006 – 2015	EXP. CPqD 2006 – 2015
Bases Econômicas e Financeiras		
Taxa de Juros	3,90% a.a.	4,09% a.a.
Crescimento Salarial	1,00% a.a.	0,00% a.a.
Fator de Capacidade	0,98	0,98
Hipóteses Biométricas		
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000 Female	AT 2000 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 Disabled Female	RP 2000 Disabled Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Entrada em Auxílio Doença	Não aplicável	Não aplicável

Além disso, alterada a premissa de Crescimento Salarial, tendo em vista a expectativa de aumento real dos salários informados pelas Patrocinadoras

NOTA VII.4:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Como resultado da Avaliação Atuarial realizada com base em levantamento de dados posicionados em 31/12/2020, as Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Mercer Brasil. Os valores registrados constam no Parecer Atuarial e na Demonstração Atuarial, estando em consonância com a planificação contábil atualmente em vigor.

Demonstra-se a seguir a composição contábil do Plano:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	172.914	162.953	6,11
Benefícios Concedidos	25.491	26.126	(2,43)
Contribuição Definida	25.491	26.126	(1,74)
Benefício a Conceder	147.423	136.826	7,74
Contribuição Definida	147.423	136.826	7,74

O aumento das Provisões Matemáticas a conceder no exercício de 2020 decorre, principalmente, da valorização da cota do Plano e das inscrições no período. Já a redução das Provisões Matemáticas dos benefícios concedidos decorre do pagamento dos benefícios, decrescendo o saldo de contas dos Assistidos.

NOTA VII.5:

FUNDOS PREVIDENCIAIS

São os fundos constituídos atuarialmente para atender à Gestão Previdencial do Plano de Benefícios, conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	(%)
Conta de destinação de Excedentes - CDE	843	728	15,86
Fundo de cobertura de Riscos	21.008	21.956	- 4,32
Totais	21.851	22.684	- 3,67

VII.5.1 Fundos para Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

São aqueles previstos nos regulamentos dos planos de benefícios e, por consequência, nas respectivas Notas Técnicas Atuariais, os quais preveem as condições de constituição, manutenção e destinação desses fundos. Esse subgrupo é composto pelos seguintes fundos:

Conta de Destinação de Excedentes – CDE – constituída por parcelas da Conta Identificada da Patrocinadora (CPI), não destinada ao pagamento de Benefícios, nos casos de opção pelo instituto de Resgate por Participantes com menos de 2 (dois) anos de vinculação ao Plano, ou pelo saldo dessa conta em caso de morte de Participante ou do saldo remanescente da Conta Individual de Benefícios (CIB), no caso de Assistido, sendo que, em ambos os casos, Participantes e Assistidos, resulte na inexistência de Beneficiários, Beneficiários Designados ou herdeiros habilitados, depois de prescritos.

Fundo de Cobertura de Riscos – tem a finalidade de acumular os recursos vertidos pelos Participantes Autopatrocinados e Patrocinadoras por meio das Contribuições de Risco. O fundo será destinado ao pagamento vitalício dos Benefícios de Risco, sendo utilizado somente após o esgotamento os recursos das Contas CPI e CIP. A variação no fundo decorre, principalmente, da correção do fundo pela variação da cota do plano.

VII.5.2 Utilização do Fundo Previdencial para Abatimento de Contribuições

As Patrocinadoras do plano solicitaram à Fundação Sistel para utilizar recursos do fundo de cobertura de riscos, para abatimento das contribuições patronais vertidas ao plano InovaPrev. Diante disso, foram utilizados recursos do fundo durante quatro meses nos montantes demonstrados abaixo:

Patrocinadora	Contribuição Patrocinador	Taxa Adm. Patrocinador
CPqD	1.051	107
Padtec	530	54
Instituto Atlântico	83	8
Total	1.664	169

NOTA VII.6:

CUSTEIO DO PLANO INOVAPREV

VII.6.1 Custeio das Patrocinadoras

Contribuição Normal	
Patrocinadora	Contribuição Normal - de valor equivalente à contribuição normal básica dos Participantes
	Contribuição de Risco - 0,00%
	Contribuição Extraordinária Variável da Patrocinadora - Caráter e frequência facultativos a serem estabelecidos pelas Patrocinadoras

As contribuições normais indicadas no plano de custeio já se encontram embutidas nas respectivas taxas de carregamento administrativo, indicadas no custeio administrativo abaixo relatado. Foi avaliada a necessidade de contribuições para custeio de riscos e chegou-se à conclusão que não há necessidade do pagamento destas contribuições. O valor da obrigação do plano com o pagamento dos benefícios de riscos é constantemente monitorado e avaliado.

VII.6.2 Custeio dos Participantes

Custeio Normal dos Participantes*	
Participantes	Contribuição Normal - percentual livremente escolhidos pelos Participantes, variando de 1% a 8%, considerando os percentuais inteiros, do salário de participação.
	Contribuição Extraordinária voluntária do Participante - de caráter e frequência facultativos, correspondente a um percentual inteiro incidente sobre o salário de participação limitado a 22%; desde que o percentual da contribuição seja 8%.
	Contribuição Extraordinária Esporádica do Participante - de caráter individual e facultativo, de periodicidade esporádica e de valor estabelecido pelo Participante, observado o mínimo de 400 cotas no mês correspondente.
Autopatrocinados	Contribuição Normal - Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora.
Participantes Vinculados	Isentos

As contribuições normais indicadas no plano de custeio já se encontram embutidas nas respectivas taxas de carregamento administrativo, indicadas no custeio administrativo abaixo relatado, sendo que, nos casos de sobra ou falta de recursos administrativos, estes serão destinados ou cobertos, respectivamente, pelo fundo administrativo atual do plano.

VII.6.3 Custeio dos Assistidos

Não há previsão de contribuições normais ou extraordinárias de Assistidos para o período de vigência deste Plano de Custeio.

VII.6.4 Custeio Extraordinário Patrocinadoras e Participantes

Não há previsão de contribuições extraordinárias para o período de vigência deste Plano de Custeio.

NOTA VII.7:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da atualização monetária realizada.

A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2019 e 2020:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Gestão Previdencial	1.389	-	(657)	(10)	93	815	-	-	2
Expurgos Inflacionários	546	-	-	(10)	73	609	-	-	2
PIS/COFINS auto de infração	843	-	(657)	-	20	206	-	Parcial *	-
Investimentos	194	-	-	-	2	197	-	-	-
Imposto de Renda	192	-	-	-	3	195	-	-	-
Outros	2	-	-	-	-	2	-	-	-
TOTAL	1.583	-	(657)	(10)	95	1.012	-	-	2

O plano não possui ações classificadas como probabilidade de perda possível para o exercício de 2019 e 2020.

NOTA VII.8:

FUNDOS ADMINISTRATIVOS

A Fundação Sistel controla e registra o fundo administrativo do plano InovaPrev, considerando para tanto o estoque inicial de recursos existente para esse plano, o fluxo de entradas e saídas de recursos, bem como o seu estoque final. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo do Fundo Administrativo é de R\$ 9.387 (R\$ 9.094 em 2019). O valor transferido do InovaPrev para o PGA destinados ao custeio administrativo de investimentos no exercício de 2020 foi de R\$ 94 (R\$ 85 em 2019).

VIII. PAMA

VIII. PAMA

PLANO DE ASSISTÊNCIA
MÉDICA AO APOSENTADO



NOTA VIII.1:

PRINCIPAIS MOVIMENTAÇÕES DO PLANO NO EXERCÍCIO

A apuração do resultado foi realizada com base no regime de competência. No exercício de 2020 a situação econômica-atuarial do plano assistencial é deficitária em R\$ 1.079 (deficitária em R\$ 197.231 em 2019), apesar de no ano apresentar um resultado positivo de R\$ 196.152 (-R\$ 233.294, em 2019)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	101.857	95.548	6,60
(-) Despesas	(349.596)	(340.170)	2,77
(-) Custeio Administrativo	(10.477)	(10.900)	(3,88)
(+-) Constituições/Reversões Contingências	12.824	5.585	129,62
(+-) Fluxo de Investimentos	516.464	399.498	29,28
(+-) Const./Rev. Prov. Matemáticas	(74.920)	(382.855)	(80,43)
Resultado Anual	196.152	(233.294)	(184,08)
Resultado Acumulado	(1.079)	(197.231)	(99,45)

Destacamos os principais fatores que contribuíram para formação do resultado no período:

- O aumento nas receitas é decorrente, principalmente, do trabalho realizado pela Entidade referente a cobranças de débitos do plano resultando recuperação de despesas assistenciais (R\$ 6.116 – 2020 x R\$ 1.703 – 2019);
- Houve aumento de 2,77% nas despesas assistenciais (R\$ 349.596 x R\$ 340.170 – 2019). Há de se observar que as despesas médicas foram bastante afetadas nos primeiros meses de pandemia, em virtude do isolamento social;
- No ano de 2020, houve alteração da taxa de juros vigente de 3,9% a.a. para 4,2% a.a. e em outras premissas utilizadas para cálculo das Provisões Matemáticas, conforme demonstrado na nota VIII.4;
- A reversão de contingências é decorrente, principalmente, da reversão parcial de 76,25% em novembro/2020, da provisão de PIS/COFINS constituída em 2009, em razão do êxito parcial na esfera administrativa de supostos débitos tributários. Parte do valor continua provisionado tendo em vista que a Entidade continua a questionar os valores judicialmente; Em 2019 houve reversão de INSS em virtude de decisão procedente para operadora ABET, onde neste caso a Sistel não tinha o controle da provisão pois não era parte do processo;
- A variação observada na constituição de Provisões Matemáticas, que contribuiu significativamente para o superávit apurado no exercício, é decorrente da redução no valor da provisão de eventos médicos a ocorrer justificada pelas alterações das premissas utilizadas para o cálculo da provisão entre os dois exercícios;
- A rentabilidade acumulada dos investimentos do plano em 2020 é de 13,22% e superou em 33,83% a variação da meta atuarial do plano (INPC+4,20% a.a.), face à exposição relevante em ativos atrelados à variação do IGP-M, cuja variação anual foi de 23,14%;

- Pode-se observar que o resultado positivo auferido pelo plano no exercício é decorrente, principalmente, do resultado dos investimentos e pela reversão de provisão matemática no exercício de 2020.

NOTA VIII.2:

REALIZÁVEL DE INVESTIMENTOS

VIII.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimentos	4.318.228	4.057.140
Renda Fixa	4.318.228	4.057.140
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	4.318.228	4.057.140

VIII.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

PAMA							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Fundos de Investimento	-	280.770.283	2.535.483	4.318.228	294.589.143	2.616.248	4.057.140
Renda Fixa	-	280.770.283	2.535.483	4.318.228	294.589.143	2.616.248	4.057.140

VIII.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

VIII.2.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	-	103.621	3.607.648	3.711.269	5.451.288
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	-	103.621	3.020.636	3.124	4.741.165
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	587.012	587	710.123
Total	-	-	103.621	3.607.648	3.711.269	5.451.288

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	-	575.810	3.396.806	3.972.616	5.537.951
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	-	575.810	2.688.783	3.264.593	4.727.703
Nota do Tesouro Nacional - Série C	-	-	-	708.023	708.023	810.247
Total	-	-	575.810	3.396.806	3.972.616	5.537.951

VIII.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	42.528	295.487	-	7.770	-	345.785
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	4.846	-	7.770	-	12.616
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	2.474	-	-	-	2.474
Letra Financeira do Tesouro - LFT	42.528	288.168	-	-	-	330.696
Total	42.528	295.487	-	7.770	-	345.785

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	59.464	286.060	-	-	-	345.524
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	5.364	-	-	-	5.364
Letra Financeira do Tesouro - LFT	53.413	280.696	-	-	-	334.108
Letra do Tesouro Nacional - LTN	6.051	-	-	-	-	6.051
Total	59.464	286.060	-	-	-	345.524

VIII.2.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	3.972.616	3.711.269	7,04
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	3.264.593	3.124.257	4,49
Nota Do Tesouro Nacional - Série C	708.023	587.012	20,61

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

VIII.2.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que poderão não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	5.364	12.616	[57,48]
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	2.474	(100,00)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	6.052	-	-
Letra Financeira do Tesouro - LFT	334.108	330.696	1,03
TOTAL	345.524	345.786	(0,08)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

NOTA VIII.3: PROVISÕES PARA PERDAS

O PAMA apresenta em 2020 uma provisão para perdas, sobre valores a receber de Assistidos vinculados ao plano, no montante de R\$ 33.148 (R\$ 33.065 em 2019).

NOTA VIII.4: PREMISSAS ATUARIAIS

Tábuas de mortalidades são instrumentos que medem a probabilidade de sobrevivência (ou morte), de entrada em invalidez, de morbidade, dentre outras, em cada idade, projetando o início do usufruto dos benefícios. São normalmente construídas, separadamente, para homens e mulheres, por causa de suas taxas diferenciadas. As tábuas denominadas de biométricas adotadas pela Fundação Sistel decorrem de estudo prévio de “aderência”, que é realizado anualmente e com base nas experiências obtidas por cada plano. O quadro abaixo demonstra as bases de dados das hipóteses atuariais do PAMA:

Bases Econômicas e Financeiras 2020	Bases Econômicas e Financeiras 2019	Hipóteses Biométricas e Demográficas
a) Taxa de Juros: 4,20% a.a., conforme estudos elaborados pela Fundação Sistel;	a) Taxa de Juros: 3,9% a.a., conforme estudos elaborados pela Fundação Sistel;	a) Mortalidade Geral: AT - 83, segregada por sexo;
b) Taxa de Crescimento Real dos Custos Assistenciais: i) HCCTR: 4,03% a.a., extraída da base de dados da Fundação Sistel; ii) Aging Factor: foram adotados custos médios crescentes por faixa etária até a faixa etária de 59 anos ou mais. A partir de 59 anos foi adotado um percentual de crescimento real de 2% a.a., até que o beneficiário complete 84 anos de idade;	b) Taxa de Crescimento Real dos Custos Assistenciais: i) HCCTR: 3,79% a.a., extraída da base de dados da Fundação Sistel; ii) Aging Factor: foram adotados custos médios crescentes por faixa etária até a faixa etária de 59 anos ou mais. A partir de 59 anos foi adotado um percentual de crescimento real de 2% a.a., até que o beneficiário complete 84 anos de idade;	b) Entrada em invalidez: Não aplicável;
c) Taxa de inflação a longo prazo de 3,5% a.a.;	c) Taxa de inflação a longo prazo de 3,5% a.a.;	c) Mortalidade de Inválidos: AT - 83, segregada por sexo.
d) Fator de capacidade das contribuições e despesas não assistenciais: 0,9833 (taxa de juros de 4,2% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	d) Fator de capacidade das contribuições e despesas não assistenciais: 0,9831 (taxa de juros de 4,2% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	
e) Fator de capacidade de despesas assistenciais: 0,9642 (taxa de juros de 4,2% a.a., crescimento real das despesas 4,03% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	e) Fator de capacidade de despesas assistenciais: 0,9653 (taxa de juros de 3,9% a.a., crescimento real das despesas 3,79% a.a. e inflação de 3,5% a.a.);	
f) Taxa de rotatividade: nula;	f) Taxa de rotatividade: nula.	

As hipóteses adotadas para o cálculo atuarial são formuladas considerando-se o longo prazo das projeções às quais se destinam. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas, dando origem então à apuração de ganhos e perdas atuariais.

O teste de aderência da tabela de mortalidade foi apresentado por meio do Relatório FinalRN/Sistel N° 20/2020, de 26.11.2020.

NOTA VIII.5:

PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas foram calculadas pela empresa contratada Rodarte Nogueira – consultoria em estatística e atuária.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
Provisões Matemáticas	4.290.794	4.215.874	1,77
Benefícios Concedidos	4.290.794	4.215.874	1,77
Benefício Definido	4.290.794	4.215.874	1,77

Os cálculos das Provisões Matemáticas envolvem eventos ocorridos e não pagos e eventos a ocorrer, conforme detalhado abaixo:

Provisão de Benefícios Concedidos – Eventos ocorridos e não pagos: eventos ocorridos referem-se àqueles procedimentos que já foram realizados pelos beneficiários, mas ainda não foram pagos pela Fundação Sistel.

Provisão de Benefícios Concedidos – Eventos a Ocorrer – referem-se àqueles procedimentos que ainda serão realizados pelos beneficiários, ao longo dos anos, até que o último beneficiário venha a óbito. Para cálculo desta provisão, são necessárias projeções de despesas e receitas e resultados do plano PAMA.

NOTA VIII.6: **EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da correção monetária mensal realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano nos exercícios de 2020 e 2019

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
Contingencial Assistencial	65.295	1.765	(17.602)	(190)	2.881	52.149	131	187	90
PIS/COFINS RET	26.593	-	-	-	226	26.819	-	-	-
PIS/COFINS - Lei 9.718	3.574	-	-	-	-	3.574	-	-	-
PIS/COFINS Auto de Infração	17.600		(13.727)	-	436	4.309	-	Parcial *	-
PAMA - Operadora Assistencial	2.800	396	(1.166)	34	355	2.419	32	71	12
PAMA - Demandas Judiciais	14.728	1.368	(2.709)	(224)	1.864	15.028	99	116	78
Investimentos	3.407	-	-	-	25	3.432	-	-	-
Imposto de Renda	3.385	-	-	-	25	3.410	-	-	-
Outros	22	-	-	-	-	22	-	-	-
TOTAL	68.702	1.765	(17.602)	(190)	2.906	55.581	131	187	90

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e/ou administrativas:

PIS/COFINS RET- referem-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil.

PIS/COFINS Lei 9.718 – constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007 a Fundação Sistel ingressou com mandado de segurança perante a 2º Vara Federal do

Distrito Federal. Logo após, em 2008 foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

PIS/COFINS – Auto de Infração - Trata-se de um auto de infração correspondente a PIS e COFINS referentes aos meses de janeiro a setembro, novembro e dezembro de 2009, de supostos débitos tributários, adicionados a juros de mora e multa de ofício. Levando-se em conta o objeto da matéria em discussão, o montante envolvido e a constituição do crédito tributário pela Receita Federal, foram registrada provisão específica, no valor dos Autos de Infração com os referidos encargos. Houve baixa da provisão no percentual de 76,25% em novembro/2020, tendo em vista o êxito parcial obtido pela Sistel e consequente decisão da Diretoria Executiva.

PAMA – Demandas Judiciais – constituída para suportar os processos judiciais ativos envolvendo o PAMA ou o PAMA-PCE, os quais são classificados em 27 objetos principais, cuja avaliação da probabilidade de perda é realizada conforme pedidos formulados pelos autores nas demandas. A maioria destes objetos, se exitosos, não implicam em pagamento de uma condenação no processo, como por exemplo o pedido de restabelecimento da inscrição no plano. Os valores são fixados conforme decisão proferida. Nos processos que não possuem decisão referente ao pedido de dano moral, o valor é fixado conforme a média de condenação na região e para os demais objetos conforme pedido realizado pelo autor.

PAMA Operadoras – constituída em face de ações judiciais movidas contra a Bradesco Saúde, operadora contratada pela Fundação Sistel para operacionalização do PAMA, em que a Fundação Sistel não figura como parte, mas que assume os custos de condenação. Tais demandas, devido ao risco para a Fundação, foram inseridas no Sistema de Acompanhamento Processual, e tiveram avaliação de risco, com imputação de provisão contingencial para os casos de risco provável de perda.

Imposto de Renda – trata-se de provisão para suportar o risco identificado em ação anulatória tributária que discute o pagamento de imposto de renda adicional sobre os investimentos de renda fixa de 1994.

Outros – trata-se de ações judiciais pertinentes a administração da carteira de investimentos.

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis”, no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
PAMA Demandas Judiciais	10	1.407	11	1.125

(*) os demais processos não apresentam processos classificados com probabilidade de perda possível.

IX. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

IX. PGA

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA



NOTA IX.1:

FORMAÇÃO DO RESULTADO DO PLANO

A contabilização das despesas administrativas da Entidade é realizada exclusivamente no Plano de Gestão Administrativa (PGA), em que, por meio de apontamentos específicos elaborados pelas unidades administrativas ou pelos centros de custos, é efetuado o registro, e, posteriormente, ao final de cada fechamento contábil, o valor é atribuído a cada Plano de Benefícios para que tais despesas sejam, então, retiradas do fundo administrativo do Plano correspondente. Um tratamento semelhante ao das despesas administrativas é dado aos demais grupos de contas de resultado do PGA, constituindo ou desconstituindo fundos administrativos.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Variação (%)
(+) Receitas	22.852	23.415	(2,40)
(-) Despesas	(51.206)	(50.754)	0,89
(+/-) (Const.)/Reversão de Contingências	(1.841)	(456)	303,73
(+/-) Resultado Líq. dos Investimentos	75.686	80.263	(5,70)
(+/-) Sobra / Insuficiência. Gestão Administrativa	45.491	52.468	(13,30)

Abaixo estão elencados os principais fatos que contribuíram para formação do resultado do plano no exercício:

- O plano obteve uma rentabilidade nos seus investimentos de 10,31% no exercício de 2020 (12,43% em 2019); no acumulado do ano a rentabilidade superou a meta estabelecida em 7,83% (meta: 9,56% a.a. - INPC + 3,9% a.a.); O resultado dessa rentabilidade pode ser verificado no retorno líquido dos investimentos;
- As receitas administrativas totais (incluindo investimentos) apresentaram redução de 5,2% em relação ao exercício anterior (R\$ 98.538 em 2020 x R\$ 103.678 em 2019) contribuindo para formação do resultado no exercício; O aumento na constituição de contingências é decorrente da entrada de dois novos processos em demandas tributárias e DIRF Auto de Infração, conforme nota IX 6;
- As despesas administrativas totais apresentaram um aumento de 0,89% (R\$ 51.206 em 2020 x R\$ 50.754 em 2019); no exercício de 2020 houve constituição de fundo administrativo no valor de R\$ 45.491 (R\$ 52.468 em 2019);
- A redução no resultado do plano no período deve-se, principalmente, pela redução de 5,70% no resultado contábil líquido de investimentos.

NOTA IX.2: INVESTIMENTOS

IX.2.1 Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos:

DESCRIÇÃO	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de Investimentos	846.887	798.152
Renda Fixa	846.887	798.152
Investimentos Imobiliários	48.294	47.444
Aluguéis e Renda	48.294	47.444
TOTAL DO REALIZÁVEL DOS INVESTIMENTOS	895.181	845.596

Os valores acima estão líquidos das provisões para perdas.

- I. O aumento da posição em fundos de investimentos em Renda Fixa reflete a valorização ocorrida no período, líquidos dos resgates realizados para cobertura dos compromissos financeiros do plano.
- II. A posição detida em imóveis apresentou pequena valorização em decorrência da reavaliação do ativo ocorrida no último trimestre do exercício.

IX.2.2 Títulos e Valores Mobiliários

A Entidade tem como prática realizar um estudo de ALM (Asset Liability Management) que demonstrou a capacidade econômico-financeira do plano de suportar o carregamento dos títulos marcados à curva até o seu vencimento sem afetar a liquidez necessária para cumprimento de compromissos, conforme determinado pela Resolução CNPC nº 29/2018 e posteriores alterações.

No período, não houve reclassificação entre as categorias “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento”, também não ocorreu a aquisição de novos títulos classificados como “Títulos mantidos até o vencimento”.

O quadro abaixo demonstra a carteira de investimentos do plano de acordo com seus vencimentos, no que couber, e os valores a receber e a pagar não estão incluídos:

PGA							
Natureza/Tipo	Vencimento	2020			2019		
		Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado	Quantidade	Valor de Custo	Valor de Mercado
Fundos de Investimento	-	409.430.411	553.074	846.887	436.744.004	518.440	798.152
Renda Fixa	-	409.430.411	553.074	846.887	436.744.004	518.440	798.152

IX.2.3 Abertura dos Títulos por Faixas de Vencimento

IX.2.3.1 Mantidos Até o Vencimento (HtM)

Em 31/12/2019

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	40.074	18.304	-	590.389	648.767	1.070.658
Nota do Tesouro Nacional - Série B	40.074	18.304	-	590.389	648.767	1.070.658
Total	40.074	18.304	-	590.389	648.767	1.070.658

Em 31/12/2020

Títulos Mantidos Até o Vencimento						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Valor Contábil	Valor Mercado
Investimentos em Renda Fixa	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709
Total	-	19.148	4.515	612.481	636.144	1.010.709

IX.2.3.2 Disponíveis para Negociação (MtM)

Em 31/12/2019

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	18.338	127.389	-	3.351	-	149.078
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	2.090	-	3.351	-	5.440
Nota do Tesouro Nacional - Série F	-	1.041	-	-	-	1.041
Letra Financeira do Tesouro - LFT	18.338	124.258	-	-	-	142.596
Total	18.338	127.389	-	3.351	-	149.078

Em 31/12/2020

Títulos Disponíveis para Negociação						
Títulos	0-1 Ano	1-5 Anos	5-10 Anos	Acima de 10 anos	Indeterminado	Valor Total
Investimentos em Renda Fixa	36.244	174.188	-	-	-	210.432
Nota do Tesouro Nacional - Série B	-	3.268	-	-	-	3.268
Letra Financeira do Tesouro - LFT	32.536	170.921	-	-	-	203.457
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.708	-	-	-	-	3.708
Total	36.244	174.188	-	-	-	210.432

IX.2.3 Títulos mantidos até o vencimento

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO ATÉ O VENCIMENTO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Investimentos em Renda Fixa	636.144	648.767	(1,95)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	636.144	648.767	(1,95)

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IX.2.4 Títulos disponíveis para negociação

O quadro abaixo demonstra os títulos que pode não ser levados até seu vencimento e, portanto, estão marcados a mercado na carteira de investimentos do Plano de Benefícios:

ABERTURA DA ALOCAÇÃO - MARCAÇÃO A MERCADO			
DESCRIÇÃO	Em 31/12/2020	Em 31/12/2019	Variação (%)
Nota Do Tesouro Nacional - Série B	3.267	5.440	(39,94)
Nota Do Tesouro Nacional - Série F	-	1.041	(100,00)
Letra do Tesouro Nacional - LTN	3.708	-	100,00
Letra Financeira do Tesouro - LFT	203.457	142.596	42,68
TOTAL	210.432	149.077	41,16

Não estão sendo considerados no quadro acima os valores de CPR (contas a pagar e a receber) dos fundos.

IX.2.5 Investimentos Imobiliários

A Entidade possui um imóvel de uso registrado no seu Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo 15,38% como Ativo Imobilizado e 84,62% como investimento.

No encerramento do exercício de 2020, o Conselho Deliberativo da Entidade aprovou a reavaliação da carteira de imóveis pela Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria LTDA, CNPJ 00.807.848/0001-27, com sua matriz situada na Praça Tiradentes nº 10 Sala 1502 CEP: 20.060-070 Centro – Rio de Janeiro/RJ. Os avaliadores basearam-se em pesquisa de mercado de imóveis assemelhados e por comparação da equivalência de situação, tempo e características, além de suas respectivas análises. A reavaliação da carteira causou impacto contábil positivo no montante de R\$ 7, conforme demonstrado abaixo.

IMÓVEL	VALORES ANTES REAValiaÇÃO	EFEITO REAValiaÇÃO	VALORES APÓS REAValiaÇÃO	VIDA ÚTIL REMANESCENTE
Edificações Locadas a Terceiros	46.329	1.739	48.068	
Terrenos - 1.2.3.6.04.03.01	16.702	2.219	18.921	
Construções- 1.2.3.6.04.03.02	29.627	(480)	29.147	26
Imobilizado	10.579	1.843	8.736	
Terrenos - 1.3.1.1.02.01	3.814	(375)	3.439	
Construções - 1.3.1.1.02.02	6.765	(1.468)	5.297	26

NOTA IX.3:

CRITÉRIOS DE RATEIO

IX 3.1 Apuração do Rateio

O critério de rateio, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, considera as despesas administrativas comuns de acordo com o apontamento das áreas operacionais da Fundação Sistel, por meio de critério em que apontam percentual de dedicação às Gestões Previdencial, do Fundo PAMA e aos Investimentos. Com base nessas informações as despesas comuns de cada área gestora são atribuídas às gestões, sendo que para a Gestão Previdencial, os valores a serem contabilizados para cada Plano de Benefícios são calculados em função do número de Participantes e Assistidos de cada um deles em relação ao total dos Participantes e Assistidos de todos os planos. Para a Gestão do Fundo PAMA, não há necessidade de rateio pois é o único plano dessa categoria. Já para as despesas administrativas apontadas como relativas aos Investimentos, o rateio leva em consideração os Recursos Garantidores ($\text{Recursos Garantidores} = \text{Disponível} + \text{Realizável de Investimentos} - \text{Exigível de Investimentos} - \text{Exigível Contingencial de Investimentos}$) de cada plano em relação ao total de todos os planos.

IX. 3.2 Apuração das Despesas Comuns e Específicas

Para o cálculo das despesas administrativas atribuídas a cada Plano de Benefícios, a Entidade utiliza o módulo contábil e há um controle que é realizado em sistema extra contábil. O cálculo e a distribuição dessas despesas consideram também suas naturezas, sendo divididas em: Comuns e Específicas. As despesas administrativas comuns são aquelas relacionadas a dois ou mais planos de benefícios, necessitando aplicar um critério de rateio para a atribuição do valor de responsabilidade de cada um dos planos envolvidos, enquanto as despesas administrativas específicas são exclusivas de um determinado plano de benefício, dispensando qualquer forma de rateio.

NOTA IX.4:

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Fundação Sistel adota um controle individualizado dos fundos administrativos contabilizados no PGA por Plano de Benefícios. Portanto, os Fundos de Garantia do Custeio Administrativo constituídos para cada plano representam o resultado da diferença entre os valores aportados de custeio administrativo previdencial adicionado dos rendimentos de aplicação dos recursos do fundo administrativo e deduzido das despesas administrativas apropriadas a cada Plano de Benefício. Conforme determina a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e posteriores alterações, ao final de cada mês, a Fundação Sistel registra, na contabilidade de cada Plano de

Benefício Previdencial, sua participação no fundo administrativo registrado no PGA, utilizando as contas “Participação no Plano de Gestão Administrativa”, no Ativo, e “Participação no Fundo Administrativo do PGA”, no Passivo. Essa contabilização está evidenciada nos balancetes dos Planos de Benefícios.

O quadro abaixo demonstra a participação de cada plano no Fundo Administrativo da Entidade:

Nome do Plano	31/12/2020	31/12/2019
PBS-A - Plano Benefício Sistel Assistidos	696.651	664.372
PBS-Telebras	60.816	56.259
PBS-CPqD	1.402	1.323
PBS-Sistel	550	522
CPqDPrev	53.508	49.764
TelebrasPrev	64.764	60.253
InovaPrev	9.387	9.094
Total da Participação dos Planos no PGA	887.078	841.587

NOTA IX.5:

ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O ativo imobilizado e intangível da Entidade é registrado pelo custo de aquisição e ajustado pela depreciação/amortização acumulada no período. O cálculo é realizado em função da vida útil do bem com base na expectativa de utilização do respectivo ativo e o método de depreciação é calculado pelo método linear. O quadro abaixo demonstra as principais movimentações ocorridas no exercício de 2020:

Saldo Exercício Anterior	Saldo Exercício Anterior	Aquisições	Depreciação Amortização	Reavaliação	Baixas	Saldo Atual
Máquinas e Equipamentos	88	12	(28)	-	-	72
Móveis e Utensílios	3	-	-	-	(3)	-
Veículos	399	284	(160)	-	(91)	431
Hardware em Geral	173	177	(145)	-	(195)	10
Terrenos	3.814	-	-	(374)	-	3.440
Construções	7.000	-	(252)	(1.451)	-	5.297
Intangível	7	-	-	-	(7)	-
Total	11.484	473	(585)	(1.826)	(296)	9.250

NOTA IX.6:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Entidade segue os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, procede a análise das demandas judiciais e administrativas pendentes e constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. As variações existentes no exigível contingencial decorrem do ingresso, encerramento e reavaliação de processos, bem como da correção monetária mensal realizada. A seguir, demonstram-se as provisões contingenciais correspondentes ao Plano de Benefícios nos exercícios de 2020 e 2019:

Provisão	Saldo 31/12/2019	Entradas	Baixas	Reavaliações	Correções	Saldo 31/12/2020	Qnt de movimentações realizadas 2020		
							Entradas	Baixas	Reavaliação
PIS/COFINS RET	3.949	-	-	-	32	3.981	-	-	-
Reclamações Trabalhistas	422	-	-	-	63	485	-	-	-
PIS/COFINS Lei 9.718	35.171	-	-	-	-	35.171	-	-	-
Demandas Tributárias	-	20	-	-	1	21	1	-	-
DIRF 2001 - Auto de Infração	-	1.680	-	-	44	1.724	1	-	-
TOTAL	39.542	1.700	-	-	140	41.382	2	-	-

No encerramento do exercício de 2020, a Administração avaliou que os valores registrados nos seus passivos por demandas judiciais e administrativas estão adequados. Abaixo estão descritos os principais passivos por demandas judiciais e administrativas

PIS/COFINS RET – referem-se aos valores questionados pela Receita Federal do Brasil da base de cálculo de janeiro de 1995 a março de 2001. A provisão contabilizada corresponde a 100% dos valores calculados pela Receita Federal do Brasil.

Reclamações Trabalhistas – trata-se de ações ingressadas por ex-empregados da Fundação Sistel reclamando verbas trabalhistas. Conforme as decisões judiciais, se desfavoráveis à Sistel em primeira ou segunda instâncias é elaborada provisão.

PIS/COFINS Lei 9.718 – constituída em face da inconstitucionalidade da Lei 9.718 julgada pelo Supremo Tribunal Federal ano de 2005. Visando o não pagamento destes tributos, no ano de 2007 a Fundação Sistel ingressou com mandato de segurança perante a 2º Vara Federal do Distrito Federal. Logo após, em 2008 foi protocolada sentença desfavorável à Sistel que entrou com recurso de apelação diante do TRF da 1ª Região que ainda aguarda julgamento. Os valores calculados desde então passaram a ser pagos judicialmente até dezembro/2014.

Demandas Tributárias – Trata-se de demanda em que se requer que seja reconhecido o direito da Fundação Sistel de deixar de recolher a Contribuição ao salário educação, cobrada indevidamente à alíquota de 2,5% sobre a folha de salários. A sentença rejeitou os pedidos e condenou a Sistel ao pagamento de honorários advocatícios, em decorrência dos recursos da Sistel, houve nova decisão majorando a condenação dos honorários em 2%. Com isso, devido à condenação em honorários advocatícios, conforme decisões dos autos, a provisão foi devidamente constituída.

DIRF 2001 – Auto de Infração – Trata-se de processo administrativo originado de auto de infração lavrado em 14/06/2004 para a cobrança de multa no valor de R\$ R\$ 531.351,44, pelo atraso na entrega da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - DIRF de 2002, no percentual de 2% sobre o montante do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF durante o ano-calendário de 2001. Assim, a provisão foi constituída no valor da multa arbitrada.

O quadro abaixo demonstra o montante de ações classificadas como “possíveis”, no Plano de Benefícios:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Quantidade	Valor em R\$	Quantidade	Valor em R\$
Reclamações Trabalhistas	1	5	1	5

(*) os demais processos não apresentam processos classificados com probabilidade de perda possível.

NOTA IX.7: PESSOAL E ENCARGOS

O quadro abaixo demonstra a abertura da rubrica de Pessoal, Encargos e Benefícios comparativa com o exercício anterior:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal e Encargos	27.603	28.577
Remuneração e Encargos de Conselheiros	3.274	3.156
Remuneração Comitê de Auditoria	262	256
Remuneração, Encargos e Benefícios dos Administradores	5.471	5.719
Remuneração, Encargos e Benefícios de Colaboradores	18.582	19.403
Remuneração e Benefícios dos Estagiários	14	43

NOTA IX.8: SERVIÇOS DE TERCEIROS

De forma a possibilitar uma avaliação qualitativa e comparativa dos gastos administrativos da Entidade, estão demonstrados abaixo os valores dos gastos com serviços de terceiros nos exercícios de 2020 e 2019:

Descrição da Despesa com Serviços de Terceiros	31/12/2020	31/12/2019
Consultoria Atuarial - Pessoa Jurídica	1.113	1.458
Consultoria Jurídica - Pessoa Jurídica	2.821	2.274
Consultoria de Investimentos - Pessoa Jurídica	136	106
Honorários técnicos - RH Pessoa Jurídica	310	346
Mão de Obra Terceirizada Temporária	362	425
Manutenção de Hardwares e Softwares	5.544	4.364
Informações Eletrônicas	113	113
Auditoria Contábil	332	375
Serviços de Tele atendimento	1.003	1.021
Consultoria com Comunicação	447	589
Total	12.181	11.072

As despesas com serviços de terceiros apresentaram um aumento no montante de R\$ 1.109 (10,02%) em relação ao ano de 2019.

A Administração

CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA

Diretor-Presidente
Diretor de Planejamento e Controle
CPF: 039.464.818-84

WALMIR ALMEIDA RODRIGUES

Diretor de Planejamento e Controle
CPF: 039.464.818-84
CPF: 493.203.271-49

EDGAR ALMEIDA SANTOS

Contador CRC/DF 6.881
CPF: 360.921.696-49



2020



Sistel
Fundação de Seguridade Social

WWW.SISTEL.COM.BR

